

PROJETO DE LEI Nº 008/2025	
AUTOR / SIGNATÁRIO CARPEJANNE GOMES DA COSTA Vereador - PODEMOS	<i>“Reconhece de utilidade pública a Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí - FEEPI, e dá outras providências.”</i>

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí.

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a *Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí - FEEPI*, instituição de direito privado, tem a forma de associação de fins não econômicos, é de caráter desportivo, constituída por tempo indeterminado, com sede na Rua João Cabral, nº 972, bairro centro, em Teresina-Pi, e inscrita no CNPJ sob nº 60.447.022/0001-26.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Teresina (PI), 10 de novembro de 2025.



CARPEJANNE GOMES DA COSTA
Vereador - PODEMOS





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

JUSTIFICATIVA

A Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí é uma instituição sem fins lucrativos, que promove de forma contínua e efetiva o incentivo e desenvolvimento dos esportes eletrônicos no Estado do Piauí, contribuindo para a formação de atletas, realização de campeonatos, ações educacionais e inclusão digital de jovens e adultos.

A Federação tem como finalidade promover atividades de relevância pública e social, fomentando a cultura esportiva, o uso responsável da tecnologia e o fortalecimento do segmento de e-sports como instrumento de integração social, lazer e oportunidades profissionais.

Diante do relevante papel social desempenhado por esta entidade, o reconhecimento de sua utilidade pública no âmbito municipal é medida que visa ampliar sua visibilidade, fortalecer parcerias e possibilitar sua habilitação em programas e convênios com o poder público, ampliando o alcance de suas ações em prol da coletividade.

Pelo exposto, submeto esta proposta à consideração dos nobres pares, expectativa de sua aprovação.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI. - Composição Da Nova Diretoria Mandato Complementar Até 2027.

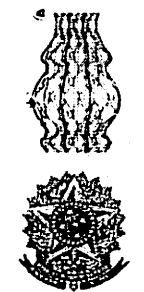
Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco (06.03.2025), com convocação para as 18h00, em primeira e única chamada, reuniram-se os associados da Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí - FEEPI, e em Assembleia Geral Ordinária, atendendo a convocação por meio de Edital datado do dia 22/02/2025 e afixado no mural da sede da entidade, localizada na Rua João Cabral nº 972, Sala- 02, Centro, CEP 64000-030, Teresina-Piauí, com a presença devidamente registrada em lista anexa à presente ata, nos termos do Estatuto em vigor. Inicialmente o Diretor Financeiro, Lucídio Ferreira de Paiva, após constatar o quórum estabelecido no Estatuto vigente, declarou regularmente instalada a Assembleia Geral Ordinária, dando ciência a todos os presentes, fazendo a leitura do Edital de Convocação, informando as seguintes ordens da pauta: 1) - Deliberar sobre a vacância em virtude das renúncias dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretaria Geral e do Diretor Financeiro art.23, §§ 6º e 7º, este para assumir a Presidência; 02 - Eleição para a escolha dos substitutos Presidente, do Vice-Presidente, este assumirá o cargo de Diretor Técnico e da Secretária Geral, tendo em vista que o Diretor Financeiro completará o mandato do presidente renunciante, conforme determina o art. 23, § 7º do Estatuto;. Logo após a leitura do Edital de Convocação, o Diretor Financeiro apresentou a composição atual, ficando assim constituída: Presidente- Lucídio Ferreira de Paiva, brasileiro, solteiro, autônomo, RG nº 600.8 19-SSP/PI, CPF nº 340.128773-72, residente e domiciliado na Rua Pedro Guimarães Mariz nº 2861, Bairro Parque Ideal, CEP 64.078-630, Teresina Piauí; Vice - Presidente-Jairo Henrique Vieira, brasileiro, solteiro, autônomo, RG nº 2.668.183-SSP/PI, CPF nº 035.280.283-94, residente e domiciliado na Quadra-31, Casa-39, Setor C, Conjunto Mocambinho II, CEP 64010-800, Teresina Piauí; Secretaria Geral- Romualdo José Borges dos Santos, brasileiro, solteiro, aposentado, Registro Geral - CPF nº 245.525.777-00-SSP/PI, residente e domiciliado na Quadra-34, Casa-11, Conjunto Renascença I, CEP 64082-034, Teresina Piauí; Diretora-Financeira Jaqueline Isaura de Jesus Meneses brasileira, solteira, administradora de empresas, Registro Geral- CPF nº 933.205.663-34, residente e domiciliada na Quadra 175, Casa-11, Conjunto Dirceu Arcoverde II, CEP 64.077-450, Teresina-Piauí; Diretor Técnico;- Eber Soares de Moraes Júnior, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado na Rua Rodrigues Alves nº 1790, Bairro Lourival Parente, CEP 64090-900, Teresina-Piauí; Diretoria de Comunicação e Marketing- Débora Emily Gomes de Moraes,, brasileira, casada, fotógrafa RG nº 2.274.074-SSP/PI, CPF nº 049.608.483-67, residente e domiciliada na Rua Rodrigues Alves nº 1790, Bairro Lourival Parente, CEP 64090-900, Teresina-Piauí; **CONSELHO FISCAL FORMADO POR TRÊS MEMBROS: Conselheiro Fiscal Titular: Primeiro Conselheiro; Wellington Paiva Veloso, brasileiro, solteiro, serviços gerais, Registro Geral - CPF nº 009.748.853-00-**





[Handwritten signature]





REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL



1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Teresina

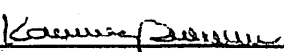
Registradora:
Rosanne Rocha Antonilli

Página 001

CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO, a requerimento da **FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ - FEEPI**, representada por seu Presidente, Sr. **Lucídio Ferreira de Paiva**, enviado para este Serviço Registral de Pessoas Jurídicas, **1º SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**, objeto do processo nº 1178402, que foi registrado nos arquivos digitais por imagem no Livro A-36, sob o número de ordem **5923**, datado de **28/03/2025**, a **Ata de Assembleia Geral Ordinária da FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ - FEEPI**, realizada em 06 de março de 2025, referente à composição da nova Diretoria, em que foi eleito por Presidente o Sr. **Lucídio Ferreira de Paiva**, para o período de mandato complementar até 2027. Averbada sob o **AV-2**, à margem do Registro nº **5446** no Livro **A-30**. O referido é verdade e dou fé. Eu Jamille Stéphan Araújo do Vale, Jamille Stéphan Araújo do Vale, escrevente, a digitei. Emolumentos: R\$ 21,73; FERMOJUPI: R\$ 4,35; Selos: R\$ 0,26; FEAD: R\$ 0,22; FMADPEP: R\$ 0,22; MP: R\$ 1,74; Total: R\$ 28,52. O presente ato só terá validade com o Selo: **AHM49489 - P0A9**. Consulte a autenticidade do selo em www.tipi.jus.br/portalextra.

Teresina (PI), 28 de março de 2025.


// Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Registradora

Karla Fernandes Lopes Barroso
Escrevente Substituta

1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos
Teresina - Piauí



Avenida Senador Azeiteiro Leão - nº2158 - Sala 05

Galeria Ovílio Rezende Neto, Teresina/PI

Autenticidade do documento em: www.tipi.jus.br/autenticidade
com o identificador 310033003600320034003A005000: Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Fone: (86) 99586-9173 | E-mail: primeirocartorioth@gmail.com





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO
DO ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA PRIMEIRA
DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA FEDERAÇÃO DE ESPORTES
ELETRÔNICOS DO PIAUÍ- FEEPI



Às nove horas do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e vinte e três, foi dado início a solenidade de eleição e posse dos membros da Diretoria para o quadriênio 2023 a 2027, com a presença de várias pessoas em Teresina, capital do Estado do Piauí, reunidos em Assembléia Geral Ordinária, antecipadamente convocada por edital afixado no mural da sede, para proceder a eleição e posse dos membros da “FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ- FEEPI”, estabelecida na Rua João Cabral, N 972 Centro, Sala - 02, CEP 64.000-030, Teresina-Piauí, conforme procedimento a seguir: após um momento devocional e de reflexão, constituiu-se a mesa, em seguida o Presidente Francisco Guiver Vilhena Barros, nomeou para secretariar os trabalhos a senhora Karolynne Costa Lopes. **Foi apresentado o estatuto e analisado por todos os presentes, e foi aprovado na sua íntegra, conforme transcrito, ficando assim denominada: Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí**

CAPÍTULO I - DA ENTIDADE E SEUS FINS

Art. 1º - A Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí (FEEPI) é pessoa jurídica de direito privado, tem a forma de associação de fins não econômicos, é de caráter desportivo, constituída pelas entidades filiadas, todas com direitos iguais em relação à FEEPI.

§ 1º - A FEEPI será representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por seu Presidente.

§ 2º - A FEEPI - compreendendo todos os seus poderes, órgãos e dirigentes - não exerce qualquer função delegada do poder público nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública.

§ 3º - A FEEPI - nos termos do Inciso I do Art. 217 da Constituição Federal - goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, atende as exigências legais da legislação vigente da Lei 9.615/98, 10.406/02, 11.127/05 e 12.868/13.

§ 4º - A FEEPI - nos termos do art. 1º parágrafo 1º da lei 9615, de 24 de março de 1998 - reconhece que a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

Art. 2º - A FEEPI tem sede e foro na cidade de Teresina, PI, Rua João Cabral, 972, sala 02, CEP 64000-030.

Art. 3º - A personalidade jurídica da FEEPI é distinta das Entidades que a compõem.

Art. 4º - A FEEPI tem o tempo de sua duração ilimitado e tem por fim:

- a) planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar, em todo estado do Piauí, a prática do desporto e do paradesporto eletrônico, em consonância com o sistema nacional do desporto em todas as suas manifestações;
- b) representar o desporto eletrônico piauiense junto aos poderes públicos em caráter geral;
- c) representar o desporto eletrônico piauiense junto às organizações nacionais, internacionais e em suas competições amistosas ou oficiais;



Paula Jeneira de Paula
Raimundo Francisco da Silva
Eduardo Coelho da Silva
Emanuel de Oliveira Silva
Geovani Jeneira da Costa
ISAÍAS PEREIRA DOS SANTOS
Muelan Gabriel Paulo Veloso
JOÃO VITOR SOUSA LIMA
Thiago Jeneira da Silva
Ronaldo Vitor Santos da Cruz
Romualdo Jose Borges da Cruz
Gustavo Henrique de Almeida
Mauricio Vinicius de Souza

1º RTDPJ
Teresina - Piauí

Fls. 2
4

Karla Fernandes Lopes Barroso
Escrevente Substituta
1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos
Teresina - Piauí

1º Cartório
de Registro de
Títulos e Documentos
de Teresina-PI

RCPJ registrado sob o nº 5848 no Livro Registro de Pessoas Jurídicas nº A-32, em 08/08/2024 12:46:58, Protocolado sob o nº 40013 de 02/08/2024, no Livro de Protocolo de Títulos de Documentos e Pessoas Jurídicas nº A-07 em 02/08/2024. Selo: AQ158638 - WSVS, AQ158637 - 3SR0 consulte em www.tjpi.jus.br/portalextra



Karla Fernandes Lopes Barroso
Escrevente Substituta
AAA 628.767
1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos
Teresina - Piauí

1º Cartório
de Registro de
Títulos e Documentos
de Teresina-PI

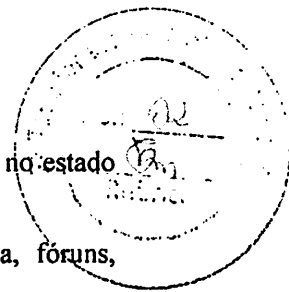
Averbado sob o nº AV-1-5446 no Livro REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS nº A-50 em 08/08/2024 12:59:50, Protocolado sob o nº 40013 no Livro de Protocolo de Títulos de Documentos e Pessoas Jurídicas nº A-07 em 02/08/2024. Selo: AQ158638 - R4IV CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portalextra



Karla Fernandes Lopes Barroso
Escrevente Autorizada
AAA 628.767

Karla Fernandes Lopes Barroso
Escrevente Substituta
1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos
Teresina - Piauí





d) promover ou permitir a realização de competições interestaduais e internacionais no estado do Piauí;

e) organizar, promover e incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, fóruns, seminários, conferências e congêneres;

f) promover e incentivar a organização documental, a difusão de informações e a organização histórica sobre o desporto e paradesporto eletrônico piauiense, bem como as atividades artísticas e culturais a ela relacionadas;

g) autorizar às filiadas o funcionamento e a disciplina das atividades do desporto e paradesporto eletrônico piauiense, que promoverem ou de que participarem; bem como, estabelecer condições necessárias à organização dessas atividades;

h) praticar, no exercício da direção estadual do desporto eletrônico, todos os atos necessários à realização de seus fins;

i) trabalhar em consonância, sempre que possível, com as entidades municipais, estaduais e federais de administração do desporto, no que concerne o desenvolvimento do esporte eletrônico piauiense como um todo;

j) expedir às filiadas, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento, licenciamento e à disciplina das atividades do esporte eletrônico na espécie LIGA no Estado do Piauí.

Art. 5º A FEEPI será administrada com base em práticas de Governança Corporativa, a serem implementadas pelos seus administradores, constantes em Ato Normativo próprio ou Regimento Interno, devendo na sua implementação observar e adotar:

- I. princípios definidores de gestão democrática;
- II. instrumentos de controle social;
- III. transparência da gestão da movimentação de recursos;
- IV. fiscalização interna;
- V. alternância no exercício dos cargos de direção;
- VI. aprovação das prestações de contas anuais por conselho de direção, precedida de parecer do conselho fiscal;
- VII. participação de atletas nos colegiados de direção e na eleição para os cargos da FEEPI.

§ 1º. Em decorrer da captação, gestão, aplicação e prestações de contas de quaisquer recursos, bens, serviços e direitos, a FEEPI implementará ações que visem a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

§ 2º. A FEEPI adotará a transparência na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e outros aspectos administrativos, a par de coibir a obtenção de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no processo decisório da entidade.

§ 3º. A transparência referida no parágrafo anterior assegura aos filiados o acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da FEEPI, os quais estarão disponíveis nos livros da FEEPI.

§ 4º. As normas de execução dos princípios fixados neste artigo, além do que constar neste Estatuto, serão prescritas nos regulamentos, regimentos, resoluções, portarias, avisos, notas oficiais, instruções e demais normas orgânicas e técnicas baixadas pela FEEPI tendo caráter de adoção e observância obrigatórias.



CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º - As Entidades filiadas à FEEPI serão reconhecidas como entidades fomentadoras do desporto e paradesporto eletrônico, no Estado do Piauí, sendo organizadas de acordo com seus respectivos estatutos.

Art. 7º - Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos e fazer cumprir os atos legalmente expedidos pelos Órgãos ou representantes do Poder Público, a FEEPI poderá aplicar às suas filiadas, bem como, às pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente a ela vinculadas, sem prejuízo das sanções de competência da Justiça Desportiva Eletrônica, as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - censura escrita;
- III - multa;
- IV - suspensão.
- V - desfiliação

§ 1º - As sanções previstas nos incisos deste artigo não dispensam o processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - As penalidades de que tratam o inciso IV e V deste artigo só serão aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva Eletrônica.

§ 3º - O inquérito administrativo será realizado por comissão nomeada pelo Presidente da FEEPI e terá o prazo de 30 dias para sua conclusão.

§ 4º - O inquérito, depois de concluído, será remetido à Procuradoria do STJDE nos termos da legislação vigente.

§ 5º - Excetuando-se os casos de interposição de recursos, as penalidades administrativas aplicadas pelo poder competente da FEEPI só poderão ser comutadas ou anistiadas pelo próprio poder que as aplicou.

Art. 8º - As obrigações contraídas pela FEEPI não se estendem às suas filiadas, assim como as obrigações contraídas pelas suas filiadas não se estendem à FEEPI, nem criam vínculos de solidariedade.

Art. 9º - As entidades filiadas à FEEPI devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) ser pessoa jurídica;
- b) observar, em seus estatutos, os princípios reguladores deste Estatuto da FEEPI;
- c) participar anualmente, em pelo menos três competições, do calendário oficial da FEEPI.

Parágrafo Único - A falta de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo poderá acarretar a perda da qualidade de filiada da FEEPI, respeitado o devido processo legal.

Art. 10º - A FEEPI é dirigida pelos poderes mencionados no artigo 13 deste estatuto, com a cooperação dos órgãos referidos no mesmo artigo e ninguém poderá candidatar-se e ser eleito para qualquer poder, cargo ou função, enquanto estiver cumprindo penalidade imposta pelos órgãos da Justiça Desportiva Eletrônica.

§ 1º - São inelegíveis para cargos eletivos nos poderes da FEEPI e das Entidades a ela filiadas:

- a) os condenados por crime doloso em sentença definitiva;





b) os inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

c) os inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;

d) os afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;

e) os inadimplentes das contribuições previdenciárias, fiscais e trabalhistas;

f) os falidos;

g) Aquele que estiver movendo qualquer processo seja judicial ou administrativo, em face da FEEPI;

§2º O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o 2º (segundo) grau ou por adoção do Presidente da FEEPI são inelegíveis para os cargos eletivos nos poderes da FEEPI.

Art. 11º - As eleições dos poderes “b” e “d” do artigo 13, serão realizadas por escrutínio secreto, procedendo-se, em caso de empate, a um segundo escrutínio entre os empatados.

Parágrafo Único - Se, após o segundo escrutínio se verificar outro empate, será considerado eleito o mais idoso.

Art. 12º - Somente poderão ocupar cargos em qualquer poder ou órgão da FEEPI os maiores de 18 anos, que estiverem cursando ou tenham concluído curso de graduação e/ou pós-graduação em Instituição de Ensino Superior devidamente autorizada ou reconhecida pelo Ministério da Educação.

CAPÍTULO III - DOS PODERES

Art. 13º - São poderes da FEEPI:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho de Administração;
- d) Conselho Fiscal;
- e) Tribunal de Justiça Desportiva Eletrônica;
- f) Comissão de Arbitragem
- g) Comissão de Controle Antidopagem
- h) Comissão de Atletas
- i) Comissão de Governança e Conformidade

Parágrafo Único - Não é permitida acumulação de cargos eletivos nos poderes da FEEPI;

Art. 14º - Aos membros dirigentes dos diversos poderes e órgãos da FEEPI poderá ser previamente autorizada uma retribuição pecuniária pelos serviços prestados, como forma de assegurar a gestão profissional na FEEPI, com estrita observância a legislação vigente.

Art. 15º - O membro de qualquer poder ou órgão poderá licenciar-se do cargo ou função por prazo não superior a 90 (noventa) dias.



Art. 16º - Compete à Presidência a elaboração do Regimento Interno da FEEPI, ao Conselho Fiscal compete à elaboração do seu Regimento Interno e ambos deverão ser remetidos à Assembleia Geral para aprovação.

Art. 17º - Compete ao Tribunal Justiça Desportiva Eletrônica a elaboração de seu Regimento Interno.

SEÇÃO I - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 18º - A Assembleia Geral, poder máximo da FEEPI, é constituída por um representante de cada entidade esportiva filiada devidamente credenciada, a ela diretamente vinculado, não podendo ser exercido cumulativamente, sendo a representação unipessoal, garantindo-se, ainda, um (1) voto para a representação de atletas.

§ 1º - Somente podem participar de Assembleias Gerais as entidades filiadas que:

a) tenham no mínimo quatro anos de filiação na FEEPI ou, ainda, seja uma das entidades fundadoras da FEEPI constante da Lista de presença da Ata de Fundação, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Piauí.

b) figurem na relação que deverá ser publicada pela FEEPI, juntamente com o edital de convocação da Assembleia Geral, e tenham atendido às exigências legais estatutárias;

c) tenham participado em pelo menos três campeonatos oficiais nos 365 dias anteriores ao da realização da Assembleia;

d) não possuam débitos para com a FEEPI.

§ 2º - Poderão tomar parte nas Assembléias Gerais as entidades filiadas que estejam em pleno gozo dos seus direitos, perdendo o direito a voto aquelas que não tenham participado em pelo menos três campeonatos oficiais promovidos pela FEEPI nos 365 dias anteriores ao da realização da Assembléia, garantindo-se, ainda, um (1) voto para a representação de atletas.

§ 3º - Os representantes nas Assembléias Gerais deverão ser maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 19º - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

a) reunir-se, no primeiro trimestre de cada ano, para conhecer o relatório da Diretoria relativo às atividades do ano anterior e apreciar as contas do último exercício, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;

b) eleger de 4 em 4 anos, na reunião de que trata a letra anterior, quando for o caso e por votação secreta, o Presidente, o Vice-Presidente e os membros do Conselho Fiscal da FEEPI, podendo haver aclamação quando houver somente uma chapa;

c) decidir a respeito de qualquer outra matéria incluída no edital de convocação.

§ 1º - A Assembléia Geral não poderá deliberar sobre matéria estranha à ordem do dia;

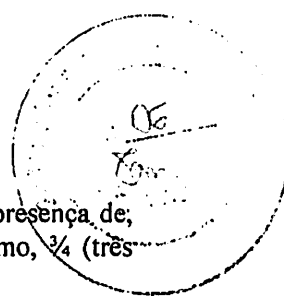
§ 2º - Todas as deliberações da Assembléia Geral Ordinária serão tomadas por maioria simples de votos, salvo nos casos específicos em que este Estatuto ou a legislação vigente exija quórum especial.

§ 3º - O mandato de todos os membros dos poderes eleitos será de 4 (quatro) anos.

§ 4º - É permitida no máximo 1 (uma) recondução ao Presidente.

Art. 20º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:





- a) tratar de matérias de interesse do desporto Eletrônico;
- b) decidir a respeito da filiação, desfiliação e fusão de entidades à FEEPI com a presença de, pelo menos, $\frac{2}{3}$ (dois terços) de suas filiadas e aprovação pelo voto de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) das entidades presentes;
- c) destituir, após o processo regular, qualquer membro dos Poderes da FEEPI, excetuados os membros do Tribunal de Justiça Desportiva Eletrônica, exigido o voto concorde de dois terços dos presentes na Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;
- d) dar interpretação a este Estatuto e alterá-lo, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;
- e) autorizar o Presidente da FEEPI a alienar bens imóveis e a constituir ônus direitos reais sobre os imóveis da instituição;

Art. 21º - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo presidente da FEEPI, sendo garantido a $\frac{1}{5}$ (um quinto) das entidades filiadas o direito de promover a Assembléia Geral Extraordinária.

§ 1º - As Assembléias Gerais deverão ser convocadas por meio de edital publicado em jornal de grande circulação, ou no site oficial da FEEPI, ou por intermédio de Nota Oficial enviada às entidades, ou por outro meio que garanta a ciência dos convocados, devendo ser feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Art. 22º - As Assembléias Gerais se instalarão em primeira convocação com a presença da maioria simples dos seus componentes e em segunda convocação meia hora depois.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 23º - A Diretoria Executiva da FEEPI é constituída pelo Presidente e Vice-Presidente eleitos, que serão os gestores da entidade.

§1º - O Presidente nomeará, imediatamente após sua eleição, o Gerente Financeiro para assinar conjuntamente, os cheques e documentos que se relacionarem com desembolso de caixa e haveres da FEEPI, quando se fizer necessário.

§2º - O Presidente nomeará o Corpo Diretivo para exercer funções específicas, devendo para isso fazê-lo em ato de nomeação próprio que conterá identificação nominal e documental, descrição de função e poderes, dentre estes cargos estão:

- a. Secretaria Geral
- b. Diretoria Financeira
- c. Diretoria Técnica
- d. Diretoria de Comunicação e Marketing

§3º - A Presidência poderá designar um membro eleito para acumular um dos cargos mencionados neste artigo.

§4º - A Presidência também poderá nomear diretores para outras funções que não as supramencionadas.



§5º - Obrigatoriamente será nomeado para o corpo diretivo um representante dos atletas, que tenha como função e atribuição a construção, execução e fiscalização dos regulamentos e regras das competições esportivas.

§6º - Se ocorrer vacância do cargo de Presidente em qualquer momento do mandato, completará o período restante, qualquer que seja sua duração, o Vice-Presidente.

§7º - Em caso de impedimento ou vacância do Presidente e/ou do Vice-Presidente da FEEPI assumirá um Diretor, em ordem de idade decrescente, que obrigatoriamente deverá renunciar ao seu cargo, observando-se o disposto nos parágrafos 6º e 7º deste artigo.

§8º - Se a(s) vacância(s) ocorrer(em) durante os 4 (quatro) primeiros anos do mandato eletivo, a Presidência em exercício convocará eleições para o preenchimento da(s) vacância(s) num prazo de 90 (noventa) dias a contar do fato motivador desta.

§9º - Se a vacância ocorrer na vigência do último ano do mandato eletivo, o Presidente e/ou Vice-Presidente em exercício completará o mandato;

Art. 24º - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente durará de sua posse até a realização da Assembléia que elegerá os novos mandatários, na forma deste Estatuto.

Parágrafo Único - A posse dos eleitos ocorrerá imediatamente após a eleição de que trata o presente artigo.

Art. 25º - Ao Presidente compete:

- a) tomar decisão oportuna à ordem e aos interesses da FEEPI, inclusive nos casos omissos;
- b) zelar pela harmonia entre as filiadas, em benefício do progresso e da unidade política do desporto eletrônico PIAUIENSE;
- c) supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas da FEEPI;
- d) convocar e presidir, sem direito a voto, as Assembléias Gerais da FEEPI, com direito ao voto qualitativo;
- e) convocar o Conselho Fiscal;
- f) nomear, suspender, demitir, contratar, elogiar, premiar os funcionários, abrir inquéritos e instaurar processos, nos termos do Regimento Interno; e, observada a legislação vigente, designar seus diretores, gerentes, superintendentes, coordenadores, assistentes ou assessores e os componentes das comissões que constituir;
- g) assinar qualquer contrato que crie obrigação para a entidade ou outro documento que a desonre de obrigação;
- h) aplicar penalidades previstas neste estatuto aos que infringirem a ordem e os interesses da FEEPI, ou previstos em regulamentos de competições;
- i) apresentar, anualmente, à Assembléia Geral - de acordo com o artigo 19, letra "a" - o relatório dos seus trabalhos, bem como o Balanço do ano anterior devidamente auditado, devendo o balanço ser publicado após a aprovação da Assembléia Geral;
- j) propor à Assembléia Geral a reforma deste Estatuto, do Regimento Interno da FEEPI e de Regulamentos;
- k) propor à Assembléia Geral concessão de títulos Honoríficos, de acordo com o previsto neste Estatuto;



l) submeter à Assembléia Geral proposta para venda de imóveis, ou constituição de ônus reais ou de títulos de renda e proceder de acordo com a deliberação que for tomada pela Assembléia;

m) submeter à apreciação do Conselho Fiscal, os balancetes da Tesouraria;

n) propor à Assembléia Geral a filiação, desfiliação e fusão de Entidades à FEEPI;

o) dar conhecimento circunstancial ao Tribunal de Justiça Desportiva Eletrônica das faltas ou irregularidades cometidas pelas entidades e respectivas pessoas jurídicas e físicas previstas na sua organização em seus estatutos;

p) conceder, quando oportuno, auxílio pecuniário às filiadas.

q) fixar a retribuição pecuniária dos funcionários, membros eleitos e dirigentes prestadores de serviços da FEEPI, independentemente de ter, ou não, vínculo empregatício com a Entidade;

r) destinar integralmente os resultados financeiros à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da FEEPI, assim como atender às disposições previstas nas alíneas b a e do § 2o e no § 3o do art. 12 da Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Art. 26º - Ao Vice-Presidente compete:

a) Assessorar o presidente em todos os atos da administração e gestão da FEEPI conforme atribuições do art. 25;

b) Representar o presidente em caso de afastamento temporário ou vacância do cargo, conforme art. 24 e art. 25 supramencionados;

c) Acompanhar a gestão da Secretaria Geral da FEEPI.

Art. 27º À Secretaria Geral compete:

a) Realizar todo o trabalho administrativo da FEEPI;

b) Organizar a documentação;

c) Exercer as atribuições e atividades determinadas pela Diretoria Executiva;

d) Implementar as decisões tomadas pelos demais poderes da FEEPI, de acordo com a orientação do Presidente;

e) Encarregar-se da correspondência da FEEPI.

Art. 28º À Diretoria Financeira compete:

a) Escriturar os livros e documentos financeiros mantendo-os em arquivo, observando as disposições da legislação pública, especialmente as legislações tributária e previdenciária;

b) Acompanhar os serviços de contabilidade que serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio e às finanças;

c) Registrar todas as receitas e despesas sujeitando-as a comprovante de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos;

d) Providenciar o balanço geral de cada exercício, que discriminará os resultados das contas patrimoniais e financeiras, elaborando na forma definida em lei e publicado em Diário Oficial, até o último dia útil do mês de abril, após ter sido auditado por auditores independentes.

Art. 29º À Diretoria Técnica compete:



- a) Colaborar com o Presidente e substituí-lo em suas faltas, impedimentos e vacâncias, na forma e condições previstas neste estatuto;
- b) Atuar com as responsabilidades que lhe forem atribuídas pelo Presidente em função da instituição e instalação de comissões adjuntas das modalidades do esporte eletrônico;
- c) Divulgar os trabalhos realizados pela FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO ESTADO DO PIAUÍ em favor do esporte eletrônico;
- d) Contribuir com sugestões e ou programas junto ao Conselho de Administração para a arrecadação de fundos.;
- e) Tomar parte nas reuniões da Presidência, do Conselho de Administração e das comissões adjuntas, na forma do regulamento específico, quando for requerido ou dela for parte integrante;
- f) Ser responsável por efetuar a coordenação e criação dos eventos desportivos da FEEPI.

Art. 30º À Diretoria de Comunicação e Marketing compete:

- a) Colaborar com o Presidente e substituí-lo em suas faltas, impedimentos e vacâncias, na forma e condições previstas neste estatuto;
- b) Atuar com as responsabilidades que lhe forem atribuídas pelo Presidente em função da instituição e instalação de comissões adjuntas;
- c) Divulgar os trabalhos realizados pela FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO ESTADO DO PIAUÍ em favor do esporte eletrônico;
- d) Contribuir com sugestões e ou programas junto ao Conselho de Administração para a arrecadação de fundos;
- e) Tomar parte nas reuniões da Presidência, do Conselho de Administração e das comissões adjuntas, na forma do regulamento específico, quando for requerido ou dela for parte integrante;
- f) Manter contato com veículos de comunicação de quaisquer mídias e meios para a divulgação e correta explanação de informações sobre a FEEPI;
- g) Coordenar todo o planejamento e administração de marketing da FEEPI.

SEÇÃO III - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 31º - Ao Conselho de Administração, composto pelo Presidente, Diretor Técnico e mais 03 (três) diretores indicados, por escrito, pelo Presidente, compete:

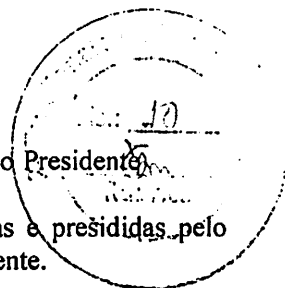
- a. Decidir sobre contratos relacionados diretamente com a realização das competições organizadas pela FEEPI, especialmente transmissões e retransmissões dos jogos e eventos promocionais por televisão (imagens do espetáculo desportivo), rádio, meios cibernéticos ou qualquer outra forma de divulgação pública das imagens, sons, símbolos, logomarcas, logotipos e sinais gerados por elas;
- b. Resolver sobre contratos com patrocinadores, anunciantes e pessoas congêneres;
- c. Decidir sobre contratos com fornecedores de hardware, software e telecomunicações, uniformes ou de qualquer outro produto de uso generalizado em suas competições;
- d. Dispor a respeito das regras para inscrição e participação das equipes nos campeonatos que organizar;
- e. Dispor sobre a inclusão e exclusão de associados, nos casos de sua competência



estatutária;

- f. Apreciar como primeira instância administrativa os recursos interpostos ao Presidente e Diretor Operacional FEEPI, ou de outro órgão ou cargo.

Parágrafo Único - as reuniões do Conselho de Administração serão convocadas e presididas pelo presidente da FEEPI e, na sua ausência, licença ou impedimento, pelo Vice-Presidente.



SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL

Art. 32º - O Conselho Fiscal, poder de fiscalização da FEEPI, se constituirá de 3 (três) membros efetivos, eleitos com mandatos de 4 (quatro) anos pela Assembléia Geral.

§ 1º - O Conselho Fiscal funcionará com a presença da maioria de seus membros efetivos.

§ 2º - O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente dentre os seus membros efetivos e seu Regimento Interno disporá sobre sua organização e funcionamento.

Art. 33º - É da competência privativa do Conselho Fiscal:

- a) examinar os livros, documentos e balancetes da FEEPI;
- b) apresentar à Assembléia Geral denúncia fundamentada sobre erros administrativos ou qualquer violação da Lei ou deste Estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente a sua função fiscalizadora;
- c) apresentar à Assembléia Geral parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo e o resultado da execução orçamentária;
- d) convocar a Assembléia Geral quando ocorrer motivo grave e urgente;
- e) dar parecer, por solicitação da Assembléia Geral, sobre a alienação de imóveis.

SEÇÃO V - DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO ESPORTE ELETRÔNICO

Art. 34º - Ao Tribunal de Justiça Desportiva do Esporte Eletrônico (TJDEe), unidade autônoma e independente, compete processar e julgar em última instância as questões decorrentes de descumprimento de normas relativas à disciplina e às competições, ressalvados os pressupostos processuais estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 217 da Constituição Federal e de acordo com o CBJD – Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

§ 1º - São órgãos de cada TJD o Tribunal Pleno e as Comissões Disciplinares. (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

§ 2º - O TJDEe será composto de nove membros, denominados auditores, de reconhecido saber jurídico desportivo e de reputação ilibada, sendo: (Redação dada pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

- I — dois Indicados pela entidade regional de administração de desporto;
- II — dois Indicados pelas entidades de prática desportiva que participem da principal competição da entidade regional de administração do desporto;
- III — dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio da seção correspondente a territorialidade;
- IV — Um representante dos árbitros, indicado por entidade representativa;
- V — dois Representantes dos atletas, indicados por entidade representativa.



Art. 35º O TJDEe e Comissões Disciplinares serão dirigidos por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela maioria de seus membros.

§ 1º - A Presidência e a Vice-presidência do TJD serão exercidas pelos respectivos Presidentes e Vice-Presidentes de seus Tribunais Plenos.

§ 2º - Em caso de vacância na Presidência do órgão judicante, o Vice-Presidente assumirá imediatamente o cargo vago, que será exercido até o termino do mandato a que se encontrava vinculado o Presidente substituído.

§ 3º - Ao assumir a Presidência do órgão judicante, o Vice-Presidente terá a incumbência de convocar sessão, a ser realizada no prazo máximo de trinta dias, com o fim de preencher a Vice-presidência, que será exercida até o termino do mandato a que se encontrava vinculado o até então Vice-Presidente.

§ 4º - No caso de vacância concomitante na Presidência e na Vice-presidência do órgão judicante, a Presidência será temporariamente exercida pelo auditor mais antigo, e a Vice-presidência, pelo segundo auditor mais antigo.

§ 5º - 1º O auditor que assumir temporariamente a Presidência terá a incumbência de convocar sessão, a ser realizada no prazo máximo de trinta dias, com o fim de preencher os cargos vagos.

§ 6º - Os auditores eleitos ocuparão os cargos a que se refere o caput até o termino dos mandatos a que se encontravam vinculados os auditores substituídos.

Art. 36º - São atribuições do Presidente do Tribunal (TJDEe), além das que lhe forem conferidas pela lei, por este Código ou regimento interno:

- I — zelar pelo perfeito funcionamento do Tribunal e fazer cumprir suas decisões;
- II — ordenar a restauração de autos;
- III — dar imediata ciência, por escrito, das vagas verificadas no Tribunal ao Presidente da entidade indicante;
- IV — determinar sindicâncias e aplicar sanções aos funcionários do Tribunal, conforme disposto no regimento interno; (NR).
- V — sortear os relatores dos processos de competência do Tribunal Pleno; (NR).
- VI — dar publicidade as decisões prolatadas;
- VII — representar o Tribunal nas solenidades e atos oficiais, podendo delegar essa função a qualquer dos auditores; (NR).
- VIII — designar dia e hora para as sessões ordinárias e extraordinárias e dirigir os trabalhos;
- IX — dar posse aos auditores do Tribunal Pleno e das Comissões Disciplinares, bem como aos secretários; (NR).
- X — exigir da entidade de administração o ressarcimento das despesas correntes e dos custos de funcionamento do Tribunal e prestar-lhe contas;
- XI — receber, processar e examinar os requisitos de admissibilidade dos recursos provenientes da instância imediatamente inferior; (NR).
- XII — conceder licença do exercício de suas funções aos auditores, inclusive aos das Comissões Disciplinares, secretários e demais auxiliares;
- XIII — determinar períodos de recesso do Tribunal;
- XIV — criar comissões especiais e designar auditores para o cumprimento de funções específicas de interesse do Tribunal.

Art. 37º - Para apreciação de matérias relativas a competições regionais e municipais, funcionarão perante cada TJD, como primeiro grau de jurisdição, tantas Comissões Disciplinares Regionais quantas se fizerem necessárias, conforme disposto no regimento interno



do TJD, compostas, cada uma, por cinco auditores, de reconhecido saber jurídico desportivo e de reputação ilibada, que não pertençam ao Tribunal Pleno do respectivo TJD.

§ 1º - Os auditores das Comissões Disciplinares serão indicados pela maioria dos membros do Tribunal Pleno do TJD, a partir de sugestões de nomes apresentados por qualquer auditor do Tribunal Pleno do TJD, devendo o Presidente do Tribunal Pleno do TJD preparar lista, com todos os nomes sugeridos, em ordem alfabética.

§ 2º - Cada auditor do Tribunal Pleno do TJD deverá, a partir da lista mencionada no § 1º, escolher um nome por vaga a ser preenchida, e os indicados para compor a Comissão Disciplinar serão aqueles que obtiverem o maior numero de votos, prevalecendo o mais idoso, em caso de empate.

§ 3º - Das decisões da Comissão Disciplinar caberão recursos ao Tribunal de Justiça Desportiva do Esporte Eletrônico.

§ 4º - Os Presidentes das Comissões Disciplinares terão, no que for compatível, as mesmas atribuições dos art. 38º, I, V, VI, VII e VIII.

§ 5º -. Salvo disposição diversa do regimento interno do Tribunal (STJD ou TJD), os mandatos dos Presidentes e Vice-Presidentes do Tribunal Pleno e das Comissões Disciplinares serão de dois anos, autorizadas reeleições.

SEÇÃO VI – DA COMISSÃO DE ARBITRAGEM

Art. 38º - À Comissão de Arbitragem caberá, especialmente:

- I.** Verificar, no âmbito de suas atividades, o fiel cumprimento das leis do jogo;
- II.** Promover a capacitação dos árbitros, árbitros assistentes, inspetores e instrutores/formadores de árbitros;
- III.** Fazer a escalação de árbitros e seus auxiliares para as partidas de competições nacionais, os quais poderão ser escolhidos por sorteio, entre aqueles previamente selecionados;
- IV.** Organizar os exames de aptidão teóricos e práticos para os árbitros.

Parágrafo único - As normas e recomendações emanadas da Comissão de Arbitragem serão submetidas à apreciação da Presidência, para o fim da expedição dos atos normativos, sendo cogente a observância de todas as diretrizes e orientações da IeSF em matéria de arbitragem.

Art. 39º - A Comissão de Arbitragem é constituída de até 5 (cinco) membros, nomeados pelo Presidente da FEEPI, que dentre eles, indicará o Presidente e o Vice-Presidente, devendo sua organização e funcionamento ser estabelecido em regulamento próprio.

Parágrafo único - Não poderão integrar a Comissão de Arbitragem os que exercerem cargo ou função, remunerados ou não, nas entidades de prática do esporte eletrônico que lhes são filiadas.

SEÇÃO VII – DA COMISSÃO DE CONTROLE ANTIDOPAGEM

Art. 40º - A FEEPI terá uma Comissão de Controle de Doping constituída de até 5 (cinco) membros, nomeados pelo Presidente da FEEPI, que dentre eles, indicará o Presidente e o Vice-Presidente, devendo sua organização e funcionamento serem estabelecidos em regulamento próprio.



Parágrafo único - Não poderão integrar a Comissão de Controle de Doping os que exercerem cargo ou função, remunerados ou não, nas entidades de prática do esporte eletrônico que lhes são filiadas.

Art. 41º - Caberá à Comissão de Controle de Doping tomar as medidas necessárias destinadas à prevenção, ao combate, à repressão e ao controle da dopagem no esporte eletrônico estadual, observadas as normas nacionais e internacionais.

SEÇÃO VIII – DA COMISSÃO DE ATLETAS

Art. 42º - A FEEPI terá, em caráter permanente, uma Comissão de Atletas incumbida de fazer sugestões visando a assegurar o equilíbrio competitivo, a modernização organizacional e a integridade das competições de esporte eletrônico no estado.

§ 1º - A Comissão de Atletas será integrada a cada temporada por 7 (sete) membros, escolhidos por seus pares.

§ 2º - A Comissão de Atletas elegerá 1 (um) representante para participar das Assembleias Gerais da FEEPI, votando as deliberações da mesma, em nome da Comissão.

§ 3º As normas e recomendações emanadas da Comissão de Atletas serão submetidas à apreciação da Presidência, para o fim da expedição dos atos normativos, sendo cogente a observância de todas as diretrizes e orientações da Assembleia Geral da FEEPI.

SEÇÃO IX – DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA

Art. 43º - A Comissão de Governança Corporativa e Conformidade da FEEPI será composta por três (3) membros autônomos e independentes da Diretoria, de ilibada reputação e notória especialização, a serem indicados por ato da Presidência, os quais deverão buscar a excelência em Governança Corporativa e Conformidade, com vistas a fortalecer e criar as melhores condições para o desenvolvimento do esporte eletrônico no Estado de Piauí, apoiando-se em quatro princípios básicos:

I. Transparência/Disclosure – processo de comunicação rápida e espontânea com os públicos interno e externo, contemplando os fatores que norteiam a ação administrativa da FEEPI visando à sedimentação de valores de integridade e credibilidade;

II. Equidade/Fairness – tratamento justo e igualitário de todas as partes interessadas, tais como jogadores, dirigentes, técnicos, árbitros, torcedores, clientes, fornecedores, órgãos governamentais, colaboradores, credores, etc;

III. Prestação de Contas/Accountability – prestação de contas dos administradores a todos os entes filiados à FEEPI e responsabilidade pelos atos que praticam no exercício de seus mandatos;

IV. Responsabilidade Corporativa/Compliance – zelo pela sustentabilidade e perenidade do esporte eletrônico no Estado do Piauí, prevenindo os riscos e distorções em setores, atividades, processos e pessoas mais vulneráveis na organização, à guisa da observância da legislação vigente.

CAPÍTULO V - DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO, DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DA DESPESA.



Art. 44º - O Exercício Financeiro da FEEPI coincidirá com o ano civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

§ 1º - O orçamento será uno e incluirá todas as receitas e despesas.

§ 2º - Os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados e comprovados por documentos mantidos em arquivos.

§ 3º - Os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento.

§ 4º - Todas as receitas e despesas estarão sujeitas aos comprovantes de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

§ 5º - O balanço geral de cada exercício, acompanhado da demonstração de lucros e perdas, discriminará os resultados das contas patrimoniais e financeiras.

Art. 45º - O Patrimônio da FEEPI compreende:

- a) seus bens móveis e imóveis;
- b) prêmios recebidos em caráter definitivo;
- c) o fundo de reserva fixado anualmente pela Assembléia Geral, com base no saldo verificado no balanço;
- d) os saldos positivos da execução do orçamento.

Art. 46º - As fontes de recursos para a sua manutenção compreendem:

- a) jóias de filiação;
- b) mensalidades pagas pelas Entidades filiadas;
- c) taxas de transferências de atletas;
- d) renda de torneios, competições, campeonatos ou eventos promovidos pela FEEPI;
- e) taxa de licença para jogos interestaduais ou internacionais a ser estabelecida pela Assembleia Geral, anualmente;
- f) taxas fixadas em regimento específico;
- g) multas;
- h) subvenções e auxílios concedidos pelos Poderes Públicos ou Entidades da administração indireta, ou em decorrência de leis;
- i) donativos em geral;
- j) rendas com patrocínios;
- k) rendas decorrentes de cessão de direitos;
- l) aluguéis de suas propriedades móveis ou imóveis, no todo ou em partes;
- m) juros dos valores financeiros que possua em depósito, ou de títulos de renda que porventura disponha;



n) recursos angariados mediante sorteio por concurso de prognósticos ou similares;

o) *permit* ou chancela para realização de eventos;

p) rendimento de contratos de utilização espaço virtual de sua propriedade;

q) outras receitas de origem legal, não previstas neste estatuto;

Art. 47 ° - A despesa da FEEPI compreende:

a) pagamento das contribuições devidas às Entidades que estiverem filiadas à FEEPI;

b) pagamento de impostos, taxas, tarifas, contribuições sociais, condomínio, aluguéis, salários, honorários e gratificações e outras despesas indispensáveis à manutenção da FEEPI;

c) despesas com a conservação dos bens da FEEPI e do material por ela alugado ou sob sua responsabilidade;

d) aquisição de material de expediente e desportivo;

e) custeio dos campeonatos, competições, torneios ou eventos organizados pela FEEPI;

f) assinatura de jornais, livros e revistas especializadas e a compra de fotografias para os arquivos;

g) gastos com publicidade da FEEPI;

h) despesas de representação;

i) despesas eventuais.

CAPÍTULO VI - DA FILIAÇÃO E EXCLUSÃO DE FILIADOS

Art. 48° - A FEEPI poderá filiar um número ilimitado de entidades ao seu quadro de associados e dará filiação, desde que estas entidades tenham interesse no desenvolvimento do esporte eletrônico e inscrevam pelo menos 1 (uma) equipe em competição oficial da FEEPI, em qualquer época do ano nos termos deste Estatuto.

Art. 49° - Para que uma entidade esportiva requeira sua filiação será obrigatória a entrega dos seguintes documentos anexados ao seu pedido de filiação junto à FEEPI:

a) comprovante de personalidade jurídica;

b) estatuto ou contrato social, elaborado em conformidade com as normas emanadas da FEEPI e da legislação vigente;

c) atas de eleição e de posse de seus dirigentes devidamente registradas, se for o caso;

d) relação completa de seus filiados, se for o caso.

Art. 50° – Serão apenas 02 (dois) os tipos de filiados:

a. **Associado Master:** Serão consideradas Associadas Master, as entidades que optarem pelo pagamento da taxa anual, fixada pela assembleia geral, tendo como direito à inscrição de todas as equipes, representantes das mesmas, nos eventos estaduais e nacionais. Tem direito a voto na Assembleia Geral.

b. **Atleta Filiado:** Serão considerados atletas filiados, todos os atletas, pessoa física que optarem pelo pagamento da taxa anual, fixada pela assembleia geral, tendo como direito



à inscrição em todos os eventos estaduais e nacionais. Não tem direito a voto na Assembleia Geral.

Art. 51 - A exclusão de associado/filiado do quadro de associados da FEEPI, se dará a pedido ou, em caso de infração de qualquer norma deste estatuto ou legislação vigente, por decisão:

- a. Da presidência, nos casos de inadimplência financeira, depois de notificados por qualquer meio escrito, inclusive eletrônico, a afastar sua inadimplência, no prazo de 10 (dez) dias, sem que atendam a notificação ou satisfaçam os débitos a pontados;
- b. Nos demais casos de infração deste estatuto, por decisão do conselho de administração.

§ 1º - a exceção como associado/filiado, pela adoção do princípio do "pro-competitione" não impedirá que o associado/filiado continue participando de competição em andamento, sendo válida e executada a exclusão no dia imediato ao término da referida competição.

§ 2º - na decisão prevista na alínea "a" deste Artigo, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias, para o Conselho de Administração, recebido o pedido para o suspensivo à exclusão até o julgamento do recurso.

§ 3º - o Conselho de Administração terá o prazo preclusivo de 30 (trinta) dias para julgar o recurso interposto na forma do parágrafo segundo.

§ 4º - na hipótese de processo de exclusão tendo por base o previsto na alínea "b" deste Artigo, a votação da exclusão do associado/filiado pelo Conselho de Administração não poderá ocorrer sem que ele tenha tido a oportunidade de ampla defesa, do contraditório e devido processo legal, no prazo de 10 (dez) dias, após notificação da instauração do processo de exclusão pela Presidência e dos fatos que o ocasionaram.

§ 5º - tratando-se de associado com representação no Conselho de Administração, somente poderá ser destituído pelo voto da maioria dos associados/filiados ativos, reunidos em assembleia geral extraordinária e específica, em respeito ao inciso I do Art. 59 do Código Civil brasileiro, com a redação da lei 11.127/2005 e demais diplomas que regem a matéria.

CAPÍTULO VII - DAS ENTIDADES FILIADAS E SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 52º - São direitos das Entidades filiadas como Associado Master, nos termos deste estatuto:

- a) organizar-se livremente, observando na elaboração de seus Estatutos e Regimentos, as Normas emanadas da FEEPI;
- b) fazer-se representar na Assembleia Geral;
- c) inscrever-se e participar dos campeonatos e torneios estaduais promovidos ou patrocinados pela FEEPI;
- d) disputar partidas interestaduais ou internacionais amistosas com suas representações oficiais ou permitir que seus filiados o façam mediante a licença previamente concedida pela FEEPI, atendida as exigências legais;
- e) recorrer das decisões do Presidente, da Diretoria ou de qualquer outro poder da FEEPI;
- f) tomar iniciativa que não colida com as leis superiores, no sentido de desenvolver o desporto Eletrônico, aprimorar sua técnica, formar e aperfeiçoar técnicos, árbitros e auxiliares.

Art. 53º - São deveres de toda Entidade filiada:



a) reconhecer a FEEPI como única dirigente do desporto eletrônico estadual, respeitando e cumprindo suas leis, regulamentos, decisões e regras desportivas.

b) submeter seu Estatuto ao exame da FEEPI, bem como as reformas que nele proceder;

c) pagar, pontualmente, as mensalidades e taxas a que estiver obrigada, as multas que forem impostas e qualquer outro débito que tenha com a FEEPI, recolhendo aos cofres desta instituição, nos prazos fixados, o valor de taxações estabelecidas nas leis e regulamentos em vigor;

d) pagar as multas impostas aos seus filiados e aos seus funcionários técnicos ou administrativos, bem como as percentagens devidas pelas competições organizadas por ela, e remeter à FEEPI o que lhe for de direito no prazo máximo de quinze dias;

e) fazer acompanhar as solicitações para as transferências de atletas, licenças para partidas interestaduais ou internacionais das respectivas taxas;

f) informar à FEEPI para promover eventos locais e estaduais;

g) fiscalizar a realização de eventos locais, estaduais, interestaduais ou internacionais, no território de sua jurisdição, dando ciência à FEEPI no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, através de relatório detalhado de qualquer anormalidade verificada com a indicação dos responsáveis;

h) participar anualmente de pelo menos 3 eventos organizados pelo FEEPI, salvo por motivo de alta relevância, julgado como tal pela FEEPI;

i) atender, prontamente, à requisição ou convocação de atletas e de pessoal técnico para integrarem qualquer representação oficial da FEEPI.

CAPÍTULO VIII - DO ATLETA INDIVIDUAL E SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 54 - Nas competições da FEEPI poderão tomar parte atletas filiados individualmente à FEEPI.

Art. 55º - A Presidência regulamentará as condições de inscrição de atletas individuais.

Art. 56º - São direitos dos atletas individuais:

a) inscrever-se anualmente como atleta individual

b) fazer parte de delegação estadual oficial da FEEPI quando, para tal, for convocado;

c) receber os prêmios destinados pela FEEPI;

d) ter dos árbitros e representantes a assistência e consideração devida;

e) obter, quando a serviço da FEEPI, a assistência devida.

f) participar das Assembleias Gerais, sem direito a voz e voto.

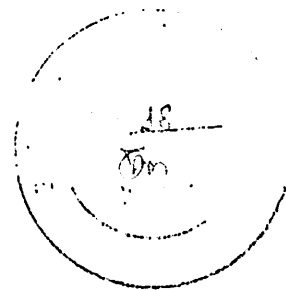
Art. 57º - São deveres dos Atletas individuais:

a) observar, com rigorosa disciplina, as medidas que zelem pela boa ordem da competição;

b) comparecer à sede da FEEPI, quando solicitados;



- c) acatar as decisões da FEEPI, no que lhes disser respeito individualmente;
- d) compor a delegação estadual, quando convocados pela FEEPI.



CAPÍTULO IX - OS TÍTULOS HONORÍFICOS

Art. 58 - Como testemunho de reconhecimento e homenagem especial àqueles que se salientarem nos serviços prestados ao desporto Eletrônico, na qualidade de pessoas físicas ou jurídicas, a FEEPI poderá conceder os seguintes títulos:

- a). Emérito; concedido àquele que se faça credor dessa homenagem por serviços relevantes prestados ao desporto eletrônico piauiense;
- b) Benemérito, àquele que, já possuindo o título de emérito, tenha prestado ao desporto eletrônico piauiense serviços relevantes dignos de realce e que façam jus à concessão do referido título;
- c) Grande Benemérito, àquele que, já sendo benemérito, continua prestando relevantes e assinalados serviços ao desporto eletrônico piauiense.

§ 1º - Aos atletas que prestarem relevantes serviços ao desporto eletrônico piauiense e que se salientarem na sua atuação em defesa do mesmo, a entidade poderá conceder títulos honoríficos a serem discriminados em regulamento especial aprovados pela Presidência.

§ 2º - Os portadores de títulos honoríficos terão direito ao livre acesso em qualquer evento promovido pela FEEPI.

§ 3º - São mantidos os títulos anteriormente concedidos pela FEEPI até a data de aprovação deste Estatuto.

Art. 59º - As propostas para concessão dos títulos constantes do presente Capítulo e outras criadas em regulamentos especiais, deverão ser encaminhadas à Assembleia Geral pela Presidência com a devida exposição de motivos.

CAPÍTULO X - DOS SÍMBOLOS, BANDEIRAS E UNIFORMES

Art. 60º - A FEEPI criará através de um manual do uso da marca a logo oficial da FEEPI, como também todo material de divulgação da mesma.

Art. 61º - O uso dos símbolos, bandeira e uniformes da FEEPI é de sua absoluta exclusividade e propriedade, devendo a entidade providenciar o devido registro público.

CAPÍTULO XI - DA DISSOLUÇÃO

Art. 62º - A dissolução da FEEPI somente poderá ser decidida em Assembleia Geral com votos válidos que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) de seus filiados.

Art. 63º - Em caso de dissolução da FEEPI, o seu patrimônio líquido reverterá "pro rata" em benefício das entidades de administração filiadas, por serem entidades de fins não econômicos.



CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64º - As resoluções da FEEPI serão dadas a conhecimento de suas filiadas por meio de Nota Oficial, entrando em vigor a partir da data de sua publicação na sede ou no site oficial da FEEPI.

Art. 65º - A publicidade dos atos e resoluções da FEEPI dar-se-á mediante divulgação pela internet em seu site oficial.

Art. 66º - A administração social e financeira da FEEPI, bem como todas as suas demais atividades, subordinar-se-ão às disposições de um Regimento Interno, sendo da competência da Assembleia Geral, sua aprovação, por proposta da Presidência.

Art. 67º - As filiadas não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas pela FEEPI.

Art. 68º - O cumprimento deste Estatuto, bem como dos acordos e decisões da FEEPI é obrigatório para todas as entidades filiadas e para terceiros envolvidos nos assuntos do desporto Eletrônicos, consoantes ao artigo 1º, parágrafo 1º da lei 9615 de 24 de março de 1998.

Art. 69º - Compõem este estatuto, no que ao mesmo se aplicar as disposições contidas na legislação estadual e federal vigente.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 70º - Este Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral realizada em 28 de junho de 2023 e entrará em vigor depois de registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 71º - O presente Estatuto atende às exigências de Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 e do Decreto nº 2.574, de 29 de abril de 1998, da Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001, bem como da Lei – 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Lei – 12.868 de 16 de outubro de 2013. Em seguida foi eleita por unanimidade e dado posse à Diretoria, e demais membros, com mandato iniciando em vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três e findando em vinte e oito de junho de dois mil e vinte e sete, que ficou assim constituída: **Presidente** - Francisco Guiver Vilhena Barros, brasileiro, casado, Analista de sistema, RG nº 244085120030-SSP/MA, CPF nº 010.040.743-95, residente e domiciliado na Rua Onze, Quadra 07, casa 15 conjunto do IPEM, Bairro Seriema CEP 65.603-120, Caxias-MA ; **Vice-Presidente** – Eber Soares de Moraes Junior, brasileiro, casado, Advogado, RG nº 2.989.722-SSP/PI, CPF nº 040.610.023.33, residente e domiciliado na Rua Rodrigues Alves, 1790, Bairro Lourival Parente , CEP 64090-900, Teresina-Piauí; **Secretária** – Karolynne Costa Lopes, casada, Enfermeira, RG nº 058.396.993-30 SSP/PI, CPF nº 058.396.993-30, residente e domiciliado à Rua Alameda dos sabias, Nº 940, casa 207, Bairro verde cap, CEP 64093-040 Teresina-Piauí; **Diretoria financeira** Lucidio Ferreira de Paiva, brasileiro, solteiro, autônomo, RG nº 600.819 -SSP/PI, CPF



nº340.128.773-72, residente e domiciliado Rua Pedro Guimarães Mariz, Nº 286,1

Bairro: Parque Ideal CEP: 64.078.630, Teresina-Piauí; **Diretoria técnica** Emanuel

Mendes Nunes, brasileiro, solteiro, instrutor de tiro com arco olímpico, RG nº

2.337.028 SSP/PI, CPF nº 021.870.793-25, residente e domiciliada na Rua Recife nº

4590, Bairro Novo Horizonte CEP:64079-295 , Teresina-Piauí; Diretoria de

Comunicação e Marketing – Débora Emily Gomes de Moraes, brasileira, casada,

fotografa. RG nº 2.274.074-SSP/PI, CPF nº049.608.483-67, residente e domiciliada à

Rua Rodrigues Alves. 1790, Lourival parente ,CEP:64090-900. Teresina-Piauí;

CONSELHO FISCAL FORMADO POR TRÊS MEMBROS : Conselheiro fiscal

titular : Primeiro: Wellington de Paiva Veloso, brasileiro, solteiro, autônomo, RG nº

2.203.606 SSP/PI, CPF nº 009.748.953-00, residente domiciliado á Rua Santo André

4640, Vila Carlos Falcão, Bairro Novo Horizonte, CEP 64070-095. Segundo

conselheiro: Saulo Lopes de Lima, brasileiro, operador de computador, RG nº 3.226.531

SSP/PI, CPF 056.363.133-97, residente e domiciliado na quadra 13 casa 16, bairro

Verde Lar, Teresina- Piauí. Terceiro conselheiro: José Manoel Lima Lobo Júnior,

brasileiro. casado, administrador, RG nº 1.511.738 SSP/PI, CPF 772.983.903-25,

residente e domiciliado na Rua Estudante João Fortes Sobrinho nº 1717, Bairro Ininga,

Ap 85, condomínio Terraço Ininga, Teresina- Piauí, CEP 64049-725.

Conforme o estatuto, o mandato do Presidente fundador da FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ- FEEPI e dos demais cargos serão de 04 (quatro) anos. O Presidente Francisco Guiver Vilhena Barros, fez efetivou os membros da entidade nos seus respectivos cargos da FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ- FEEPI Constituíram a fundação da federação as seguintes instituições; Associação Esporte & Vida do estado do Piauí- A.E &.V.E.PI com endereço, Rua João Cabral nº 972 , sala 01, CEP 64000-030 Teresina-pi. CNPJ nº 11.839.809/0001-28, Representante legal Lucidio Ferreira de Paiva. Instituto de Desenvolvimento Social- BATGOL, Endereço Rua Nilo Peçanha Nº 1809 CEP 64023-420, Bairro Lourival Parente Teresina-pi CNPJ 19.867.575/0001-34, Representante legal João Victor Carvalho Cunha. Associação dos Coordenadores das Escolinhas Amadores de Teresina- ACEFAT, Endereço Rua Jonatas Batista nº582 Centro Norte CEP 64.000-400, CNPJ 10.991.581.0001-24, Representante legal Fábio Ribeiro de Carvalho. Conforme o estatuto o Presidente Francisco Guiver Vilhena Barros, fez a transmissão da orientação administrativa da federação de esportes eletrônicos do Piauí.



Estão de comum acordo aprovando a fundação e finalizando os trabalhos, apresentou seus sinceros agradecimentos pelos esforços de todos os presentes em prol desta entidade. Nada mais havendo a tratar, dissolveu-se a Assembléia Geral Ordinária, encerrando-se os trabalhos, e, para constar, lavrei a presente ata que foi lida aprovada e vai assinada por mim, pelo presidente, pelos membros e todos os demais que se fizeram presentes a esta solenidade, a qual será devidamente registrada nos órgãos competentes, para que produza seus efeitos legais.

6º OFÍCIO
Karolynne Costa Lopes
Imaculada Guion Vilhena Barros
Eber Soares de Moura Junior
6º OFÍCIO
Karolynne Costa Lopes
Lucidio Ferreira de Paiva
6º OFÍCIO
Débora Emily Gomes de Moraes
Wellyton PAIVA VILHENA
Sara Lopes de Paiva
6º OFÍCIO
Lucidio Ferreira de Paiva
Janaína Costa
José Victor Gonçalves Cunha
Fabio Ribeiro de Carvalho

SELO DE AUTENTICIDADE
NO VERSO

6º TABELIONATO

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CONSULTE O SELO
DIGITAL

Cartório
Themistocles
Sampaio
TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Lizardo Magalhães, 1233 - Centro - CEP: 64006-200 - Teresina - PI - Fone: (86) 3221-0111 - E-mail: atendimento@cartoriosampaio.com.br
Titular: Anaila Gonçalves de Sampaio Pereira

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE FRANCISCO GUIVER
VILHENA BARROS. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE
Teresina - PI, 02/10/2023 Selo: AFF27324-H756
www.tjpi.jus.br/portalextra.

Gardenia Maria Batista Silva - Escrevente Autorizada
Emol: 4,40 TJ: 0,94 FMMP/PI: 0,38 Selo: 0,26 Total: 6,28 - CP: 75
ATA ASSEMBLEIA GERAL ELEIÇÃO E POSSE E ESTATUTO

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Themistocles Sampaio
Gardenia Maria Batista Silva
Escrevente Autorizada
Teresina - PI

6º TABELIONATO DE NOTAS DE TERESINA

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE AS FIRMAS DE
KAROLYNNE COSTA LOPES e LUCIDIO FERREIRA DE PAIVA
NO DOCUMENTO ATA DE ASSEMBLEIA GERAL. EM TEST.
DA VERDADE. DOU FE. Teresina/PI, 06/09/2023
09:29:59.
SELO ADP26996 - 85SZ, ADP26997 - PXUV CONSULTE EM
www.tjpi.jus.br/portalextra.



KELVIN DIAS QUEIROZ - Escrevente Autorizado
Emol: R\$ 9,40 TJ: R\$ 1,95 MP: R\$ 0,38 Selo: R\$ 0,52 Total: R\$ 12,59

CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE
NOTAS DE TERESINA - PI
Anaila Bárbara Alencar de Sá e Freitas Silveira
Tabelião Interino

6º TABELIONATO DE NOTAS DE TERESINA

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE AS FIRMAS DE LUCIDIO
FERREIRA DE PAIVA QUE ASSINA PELA EMPRESA
ASSOCIAÇÃO ESPORTE & VIDA DO ESTADO DO PIAUI
CONTRATO ARQUIVADO EM 05/04/2019 e KAROLYNNE COSTA
LOPES NO DOCUMENTO ATA DE ASSEMBLEIA GERAL. EM
TEST. DA VERDADE. DOU FE. Teresina/PI, 06/09/2023
09:33:16.
SELO ADP27000 - 8SUF, ADP27001 - WD5U CONSULTE EM
www.tjpi.jus.br/portalextra.

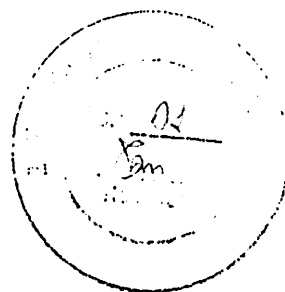


KELVIN DIAS QUEIROZ - Escrevente Autorizado
Emol: R\$ 9,40 TJ: R\$ 1,95 MP: R\$ 0,38 Selo: R\$ 0,52 Total: R\$ 12,59

CARTÓRIO 6º OFÍCIO DE
NOTAS DE TERESINA - PI
Anaila Bárbara Alencar de Sá e Freitas Silveira
Tabelião Interino



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Federação de Esportes Eletrônicos do PIAUÍ

FEEPI

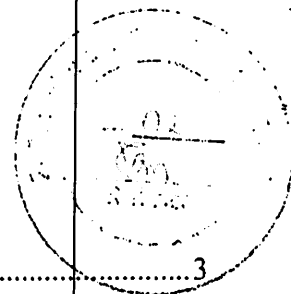
Fundada em 28/06/2023

ESTATUTO

Teresina - PI.
2023



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

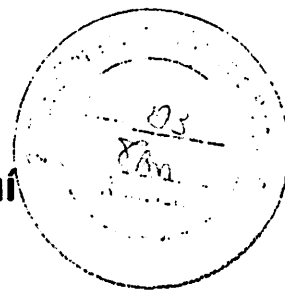


SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DA ENTIDADE E SEUS FINS.....	3
CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO	5
CAPÍTULO III - DOS PODERES	7
SEÇÃO I - DA ASSEMBLEIA GERAL	7
SEÇÃO II - DA DIRETORIA EXECUTIVA	9
SEÇÃO III - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	13
SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL.....	14
SEÇÃO V - DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO ESPORTE ELETRÔNICO.....	14
SEÇÃO VI – DA COMISSÃO DE ARBITRAGEM.....	17
SEÇÃO VII – DA COMISSÃO DE CONTROLE ANTIDOPAGEM.....	17
SEÇÃO VIII – DA COMISSÃO DE ATLETAS.....	18
SEÇÃO IX – DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA.....	18
CAPÍTULO V - DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO, DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DA DESPESA.....	18
CAPÍTULO VI - DA FILIAÇÃO E EXCLUSÃO DE FILIADOS	20
CAPÍTULO VII - DAS ENTIDADES FILIADAS E SEUS DIREITOS E DEVERES	21
CAPÍTULO VIII - DO ATLETA INDIVIDUAL E SEUS DIREITOS E DEVERES	22
CAPÍTULO IX - DOS TÍTULOS HONORÍFICOS.....	24
CAPÍTULO X - DOS SÍMBOLOS, BANDEIRAS E UNIFORMES.....	25
CAPÍTULO XI - DA DISSOLUÇÃO	25
CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25
CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	26



Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí



CAPÍTULO I - DA ENTIDADE E SEUS FINS

Art. 1º - A Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí (FEEPI) é pessoa jurídica de direito privado, tem a forma de associação de fins não econômicos, é de caráter desportivo, constituída pelas entidades filiadas, todas com direitos iguais em relação à FEEPI.

§ 1º - A FEEPI será representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por seu Presidente.

§ 2º - A FEEPI - compreendendo todos os seus poderes, órgãos e dirigentes - não exerce qualquer função delegada do poder público nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública.

§ 3º - A FEEPI - nos termos do Inciso I do Art. 217 da Constituição Federal - goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, atende as exigências legais da legislação vigente da Lei 9.615/98, 10.406/02, 11.127/05 e 12.868/13.

§ 4º - A FEEPI - nos termos do art. 1º parágrafo 1º da lei 9615, de 24 de março de 1998 - reconhece que a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

Art. 2º - A FEEPI tem sede e foro na cidade de Teresina, PI, Rua João Cabral, 972, sala 02, CEP 64000-030.

Art. 3º - A personalidade jurídica da FEEPI é distinta das Entidades que a compõem.

Art. 4º - A FEEPI tem o tempo de sua duração ilimitado e tem por fim:

- a) planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar, em todo estado do Piauí, a prática do desporto e do paradesporto eletrônico, em consonância com o sistema nacional do desporto em todas as suas manifestações;
- b) representar o desporto eletrônico piauiense junto aos poderes públicos em caráter geral;
- c) representar o desporto eletrônico piauiense junto às organizações nacionais, internacionais e em suas competições amistosas ou oficiais;
- d) promover ou permitir a realização de competições interestaduais e internacionais no estado do Piauí;
- e) organizar, promover e incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, fóruns, seminários, conferências e congêneres;



f) promover e incentivar a organização documental, a difusão de informações e a organização histórica sobre o desporto e paradesporto eletrônico piauiense, bem como as atividades artísticas e culturais a ela relacionadas;

g) autorizar às filiadas o funcionamento e a disciplina das atividades do desporto e paradesporto eletrônico piauiense, que promoverem ou de que participarem; bem como, estabelecer condições necessárias à organização dessas atividades;

h) praticar, no exercício da direção estadual do desporto eletrônico, todos os atos necessários à realização de seus fins;

i) trabalhar em consonância, sempre que possível, com as entidades municipais, estaduais e federais de administração do desporto, no que concerne o desenvolvimento do esporte eletrônico piauiense como um todo;

j) expedir às filiadas, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento, licenciamento e à disciplina das atividades do esporte eletrônico na espécie LIGA no Estado do Piauí.

Art. 5º A FEEPI será administrada com base em praticas de Governança Corporativa, a serem implementadas pelos seus administradores, constantes em Ato Normativo próprio ou Regimento Interno, devendo na sua implementação observar e adotar:

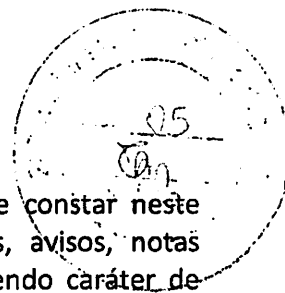
- I. princípios definidores de gestão democrática;
- II. instrumentos de controle social;
- III. transparência da gestão da movimentação de recursos;
- IV. fiscalização interna;
- V. alternância no exercício dos cargos de direção;
- VI. aprovação das prestações de contas anuais por conselho de direção, precedida de parecer do conselho fiscal;
- VII. participação de atletas nos colegiados de direção e na eleição para os cargos da FEEPI.

§ 1º. Em decorrer da captação, gestão, aplicação e prestações de contas de quaisquer recursos, bens, serviços e direitos, a FEEPI implementará ações que visem a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

§ 2º. A FEEPI adotará a transparência na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e outros aspectos administrativos, a par de coibir a obtenção de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no processo decisório da entidade.

§ 3º. A transparência referida no parágrafo anterior assegura aos filiados o acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da FEEPI, os quais estarão disponíveis nos livros da FEEPI.





§ 4º. As normas de execução dos princípios fixados neste artigo, além do que constar neste Estatuto, serão prescritas nos regulamentos, regimentos, resoluções, portarias, avisos, notas oficiais, instruções e demais normas orgânicas e técnicas baixadas pela FEEPI tendo caráter de adoção e observância obrigatórias.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º - As Entidades filiadas à FEEPI serão reconhecidas como entidades fomentadoras do desporto e paradesporto eletrônico, no Estado do Piauí, sendo organizadas de acordo com seus respectivos estatutos.

Art. 7º - Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos e fazer cumprir os atos legalmente expedidos pelos Órgãos ou representantes do Poder Público, a FEEPI poderá aplicar às suas filiadas, bem como, às pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente a ela vinculadas, sem prejuízo das sanções de competência da Justiça Desportiva Eletrônica, as seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - censura escrita;
- III - multa;
- IV - suspensão.
- V - desfiliação

§ 1º - As sanções previstas nos incisos deste artigo não dispensam o processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - As penalidades de que tratam o inciso IV e V deste artigo só serão aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva Eletrônica.

§ 3º - O inquérito administrativo será realizado por comissão nomeada pelo Presidente da FEEPI e terá o prazo de 30 dias para sua conclusão.

§ 4º - O inquérito, depois de concluído, será remetido à Procuradoria do STJDE nos termos da legislação vigente.

§ 5º - Excetuando-se os casos de interposição de recursos, as penalidades administrativas aplicadas pelo poder competente da FEEPI só poderão ser comutadas ou anistiadas pelo próprio poder que as aplicou.

Art. 8º - As obrigações contraídas pela FEEPI não se estendem às suas filiadas, assim como as obrigações contraídas pelas suas filiadas não se estendem à FEEPI, nem criam vínculos de solidariedade.

Art. 9º - As entidades filiadas à FEEPI devem preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) ser pessoa jurídica;



- b) observar, em seus estatutos, os princípios reguladores deste Estatuto da FEEPI;
- c) participar anualmente, em pelo menos três competições, do calendário oficial da FEEPI.

Parágrafo Único - A falta de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo poderá acarretar a perda da qualidade de filiada da FEEPI, respeitado o devido processo legal.

Art. 10º - A FEEPI é dirigida pelos poderes mencionados no artigo 13 deste estatuto, com a cooperação dos órgãos referidos no mesmo artigo e ninguém poderá candidatar-se e ser eleito para qualquer poder, cargo ou função, enquanto estiver cumprindo penalidade imposta pelos órgãos da Justiça Desportiva Eletrônica.

§1º - São inelegíveis para cargos eletivos nos poderes da FEEPI e das Entidades a ela filiadas:

- a) os condenados por crime doloso em sentença definitiva;
- b) os inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
- c) os inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;
- d) os afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;
- e) os inadimplentes das contribuições previdenciárias, fiscais e trabalhistas;
- f) os falidos;
- g) Aquele que estiver movendo qualquer processo seja judicial ou administrativo, em face da FEEPI;

§2º O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o 2º (segundo) grau ou por adoção do Presidente da FEEPI são inelegíveis para os cargos eletivos nos poderes da FEEPI.

Art. 11º - As eleições dos poderes "b" e "d" do artigo 13, serão realizadas por escrutínio secreto, procedendo-se, em caso de empate, a um segundo escrutínio entre os empatados.

Parágrafo Único - Se, após o segundo escrutínio se verificar outro empate, será considerado eleito o mais idoso.

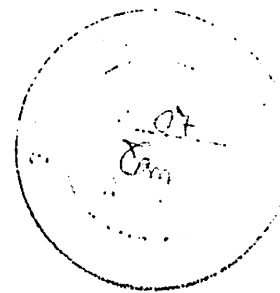
Art. 12º - Somente poderão ocupar cargos em qualquer poder ou órgão da FEEPI os maiores de 18 anos, que estiverem cursando ou tenham concluído curso de graduação e/ou pós-graduação em Instituição de Ensino Superior devidamente autorizada ou reconhecida pelo Ministério da Educação.

CAPÍTULO III - DOS PODERES

Art. 13º - São poderes da FEEPI:

- a) Assembleia Geral;





- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho de Administração;
- d) Conselho Fiscal;
- e) Tribunal de Justiça Desportiva Eletrônica;
- f) Comissão de Arbitragem
- g) Comissão de Controle Antidopagem
- h) Comissão de Atletas
- i) Comissão de Governança e Conformidade

Parágrafo Único - Não é permitida acumulação de cargos eletivos nos poderes da FEEPI;

Art. 14º - Aos membros dirigentes dos diversos poderes e órgãos da FEEPI poderá ser previamente autorizada uma retribuição pecuniária pelos serviços prestados, como forma de assegurar a gestão profissional na FEEPI, com estrita observância a legislação vigente.

Art. 15º - O membro de qualquer poder ou órgão poderá licenciar-se do cargo ou função por prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Art. 16º - Compete à Presidência a elaboração do Regimento Interno da FEEPI, ao Conselho Fiscal compete à elaboração do seu Regimento Interno e ambos deverão ser remetidos à Assembleia Geral para aprovação.

Art. 17º - Compete ao Tribunal Justiça Desportiva Eletrônica a elaboração de seu Regimento Interno.

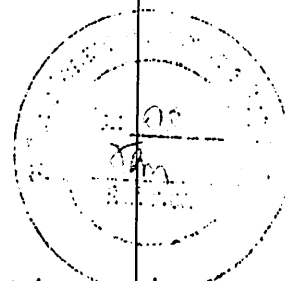
SEÇÃO I - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 18º - A Assembleia Geral, poder máximo da FEEPI, é constituída por um representante de cada entidade esportiva filiada devidamente credenciada, a ela diretamente vinculado, não podendo ser exercido cumulativamente, sendo a representação unipessoal, garantindo-se, ainda, um (1) voto para a representação de atletas.

§ 1º - Somente podem participar de Assembleias Gerais as entidades filiadas que:

- a) tenham no mínimo quatro anos de filiação na FEEPI ou, ainda, seja uma das entidades fundadoras da FEEPI constante da Lista de presença da Ata de Fundação, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Piauí.
- b) figurem na relação que deverá ser publicada pela FEEPI, juntamente com o edital de convocação da Assembleia Geral, e tenham atendido às exigências legais estatutárias;
- c) tenham participado em pelo menos três campeonatos oficiais nos 365 dias anteriores ao da realização da Assembleia;





d) não possuam débitos para com a FEEPI.

§ 2º - Poderão tomar parte nas Assembléias Gerais as entidades filiadas que estejam em pleno gozo dos seus direitos, perdendo o direito a voto aquelas que não tenham participado em pelo menos três campeonatos oficiais promovidos pela FEEPI nos 365 dias anteriores ao da realização da Assembléia, garantindo-se, ainda, um (1) voto para a representação de atletas;

§ 3º - Os representantes nas Assembléias Gerais deverão ser maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 19º - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

a) reunir-se, no primeiro trimestre de cada ano, para conhecer o relatório da Diretoria relativo às atividades do ano anterior e apreciar as contas do último exercício, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;

b) eleger de 4 em 4 anos, na reunião de que trata a letra anterior, quando for o caso e por votação secreta, o Presidente, o Vice-Presidente e os membros do Conselho Fiscal da FEEPI, podendo haver aclamação quando houver somente uma chapa;

c) decidir a respeito de qualquer outra matéria incluída no edital de convocação.

§ 1º - A Assembléia Geral não poderá deliberar sobre matéria estranha à ordem do dia;

§ 2º - Todas as deliberações da Assembléia Geral Ordinária serão tomadas por maioria simples de votos, salvo nos casos específicos em que este Estatuto ou a legislação vigente exija quórum especial.

§ 3º O mandato de todos os membros dos poderes eleitos será de 4 (quatro) anos.

§ 4º. É permitida no máximo 1 (uma) recondução ao Presidente.

Art. 20º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

a) tratar de matérias de interesse do desporto Eletrônico;

b) decidir a respeito da filiação, desfiliação e fusão de entidades à FEEPI com a presença de, pelo menos, $\frac{2}{3}$ (dois terços) de suas filiadas e aprovação pelo voto de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) das entidades presentes;

c) destituir, após o processo regular, qualquer membro dos Poderes da FEEPI, excetuados os membros do Tribunal de Justiça Desportiva Eletrônica, exigido o voto concorde de dois terços dos presentes na Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;

d) dar interpretação a este Estatuto e alterá-lo, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em



primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;

e) autorizar o Presidente da FEEPI a alienar bens imóveis e a constituir ônus direitos reais sobre os imóveis da instituição;

Art. 21º - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo presidente da FEEPI, sendo garantido a 1/5 (um quinto) das entidades filiadas o direito de promover a Assembléia Geral Extraordinária.

§ 1º – As Assembléias Gerais deverão ser convocadas por meio de edital publicado em jornal de grande circulação, ou no site oficial da FEEPI, ou por intermédio de Nota Oficial enviada às entidades, ou por outro meio que garanta a ciência dos convocados, devendo ser feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Art. 22º - As Assembléias Gerais se instalarão em primeira convocação com a presença da maioria simples dos seus componentes e em segunda convocação meia hora depois.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 23º - A Diretoria Executiva da FEEPI é constituída pelo Presidente e Vice-Presidente eleitos, que serão os gestores da entidade.

§1º - O Presidente nomeará, imediatamente após sua eleição, o Gerente Financeiro para assinar conjuntamente, os cheques e documentos que se relacionarem com desembolso de caixa e haveres da FEEPI, quando se fizer necessário.

§2º - O Presidente nomeará o Corpo Diretivo para exercer funções específicas, devendo para isso fazê-lo em ato de nomeação próprio que conterà identificação nominal e documental, descrição de função e poderes, dentre estes cargos estão:

- a. Secretaria Geral
- b. Diretoria Financeira
- c. Diretoria Técnica
- d. Diretoria de Comunicação e Marketing

§3º - A Presidência poderá designar um membro eleito para acumular um dos cargos mencionados neste artigo.

§4º - A Presidência também poderá nomear diretores para outras funções que não as supramencionadas.

§5º - Obrigatoriamente será nomeado para o corpo diretivo um representante dos atletas, que tenha como função e atribuição a construção, execução e fiscalização dos regulamentos e regras das competições esportivas.

§6º - Se ocorrer vacância do cargo de Presidente em qualquer momento do mandato, completará o período restante, qualquer que seja sua duração, o Vice-Presidente.



§7º - Em caso de impedimento ou vacância do Presidente e/ou do Vice-Presidente da FEEPI assumirá um Diretor, em ordem de idade decrescente, que obrigatoriamente deverá renunciar ao seu cargo, observando-se o disposto nos parágrafos 6º e 7º deste artigo.

§8º - Se a(s) vacância(s) ocorrer(em) durante os 4 (quatro) primeiros anos do mandato eletivo, a Presidência em exercício convocará eleições para o preenchimento da(s) vacância(s) num prazo de 90 (noventa) dias a contar do fato motivador desta.

§9º - Se a vacância ocorrer na vigência do último ano do mandato eletivo, o Presidente e/ou Vice-Presidente em exercício completará o mandato;

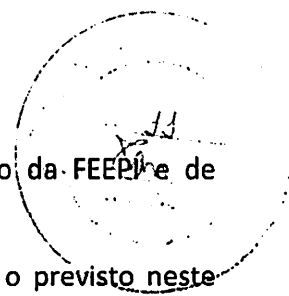
Art. 24º - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente durará de sua posse até a realização da Assembléia que elegerá os novos mandatários, na forma deste Estatuto.

Parágrafo Único - A posse dos eleitos ocorrerá imediatamente após a eleição de que trata o presente artigo.

Art. 25º - Ao Presidente compete:

- a) tomar decisão oportuna à ordem e aos interesses da FEEPI, inclusive nos casos omissos;
- b) zelar pela harmonia entre as filiadas, em benefício do progresso e da unidade política do desporto eletrônico PIAUIENSE;
- c) supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas da FEEPI;
- d) convocar e presidir, sem direito a voto, as Assembléias Gerais da FEEPI, com direito ao voto qualitativo;
- e) convocar o Conselho Fiscal;
- f) nomear, suspender, demitir, contratar, elogiar, premiar os funcionários, abrir inquéritos e instaurar processos, nos termos do Regimento Interno; e, observada a legislação vigente, designar seus diretores, gerentes, superintendentes, coordenadores, assistentes ou assessores e os componentes das comissões que constituir;
- g) assinar qualquer contrato que crie obrigação para a entidade ou outro documento que a desonere de obrigação;
- h) aplicar penalidades previstas neste estatuto aos que infringirem a ordem e os interesses da FEEPI, ou previstos em regulamentos de competições;
- i) apresentar, anualmente, à Assembléia Geral - de acordo com o artigo 19, letra "a" - o relatório dos seus trabalhos, bem como o Balanço do ano anterior devidamente auditado, devendo o balanço ser publicado após a aprovação da Assembléia Geral;





j) propor à Assembléia Geral a reforma deste Estatuto, do Regimento Interno da FEEPI e de Regulamentos;

k) propor à Assembléia Geral concessão de títulos Honoríficos, de acordo com o previsto neste Estatuto;

l) submeter à Assembléia Geral proposta para venda de imóveis, ou constituição de ônus reais ou de títulos de renda e proceder de acordo com a deliberação que for tomada pela Assembléia;

m) submeter à apreciação do Conselho Fiscal, os balancetes da Tesouraria;

n) propor à Assembléia Geral a filiação, desfiliação e fusão de Entidades à FEEPI;

o) dar conhecimento circunstancial ao Tribunal de Justiça Desportiva Eletrônica das faltas ou irregularidades cometidas pelas entidades e respectivas pessoas jurídicas e físicas previstas na sua organização em seus estatutos;

p) conceder, quando oportuno, auxílio pecuniário às filiadas.

q) fixar a retribuição pecuniária dos funcionários, membros eleitos e dirigentes prestadores de serviços da FEEPI, independentemente de ter, ou não, vínculo empregatício com a Entidade;

r) destinar integralmente os resultados financeiros à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da FEEPI, assim como atender às disposições previstas nas alíneas b a e do § 2º e no § 3º do art. 12 da Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Art. 26º - Ao Vice-Presidente compete:

a) Assessorar o presidente em todos os atos da administração e gestão da FEEPI conforme atribuições do art. 25;

b) Representar o presidente em caso de afastamento temporário ou vacância do cargo, conforme art. 24 e art. 25 supramencionados;

c) Acompanhar a gestão da Secretaria Geral da FEEPI.

Art. 27º À Secretaria Geral compete:

a) Realizar todo o trabalho administrativo da FEEPI;

b) Organizar a documentação;

c) Exercer as atribuições e atividades determinadas pela Diretoria Executiva;

d) Implementar as decisões tomadas pelos demais poderes da FEEPI, de acordo com a orientação do Presidente;

e) Encarregar-se da correspondência da FEEPI.



Art. 28º À Diretoria Financeira compete:

- a) Escriturar os livros e documentos financeiros mantendo-os em arquivo, observando as disposições da legislação pública, especialmente as legislações tributária e previdenciária;
- b) Acompanhar os serviços de contabilidade que serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio e às finanças;
- c) Registrar todas as receitas e despesas sujeitando-as a comprovante de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos;
- d) Providenciar o balanço geral de cada exercício, que discriminará os resultados das contas patrimoniais e financeiras, elaborando na forma definida em lei e publicado em Diário Oficial, até o último dia útil do mês de abril, após ter sido auditado por auditores independentes.

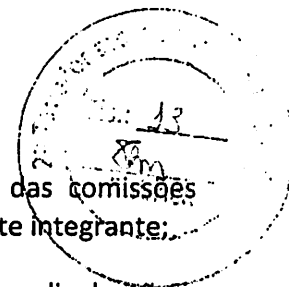
Art. 29º À Diretoria Técnica compete:

- a) Colaborar com o Presidente e substituí-lo em suas faltas, impedimentos e vacâncias, na forma e condições previstas neste estatuto;
- b) Atuar com as responsabilidades que lhe forem atribuídas pelo Presidente em função da instituição e instalação de comissões adjuntas das modalidades do esporte eletrônico;
- c) Divulgar os trabalhos realizados pela FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO ESTADO DO PIAUÍ em favor do esporte eletrônico;
- d) Contribuir com sugestões e ou programas junto ao Conselho de Administração para a arrecadação de fundos.;
- e) Tomar parte nas reuniões da Presidência, do Conselho de Administração e das comissões adjuntas, na forma do regulamento específico, quando for requerido ou dela for parte integrante;
- f) Ser responsável por efetuar a coordenação e criação dos eventos desportivos da FEEPI.

Art. 30º À Diretoria de Comunicação e Marketing compete:

- a) Colaborar com o Presidente e substituí-lo em suas faltas, impedimentos e vacâncias, na forma e condições previstas neste estatuto;
- b) Atuar com as responsabilidades que lhe forem atribuídas pelo Presidente em função da instituição e instalação de comissões adjuntas;
- c) Divulgar os trabalhos realizados pela FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO ESTADO DO PIAUÍ em favor do esporte eletrônico;
- d) Contribuir com sugestões e ou programas junto ao Conselho de Administração para a arrecadação de fundos;





- e) Tomar parte nas reuniões da Presidência, do Conselho de Administração e das comissões adjuntas, na forma do regulamento específico, quando for requerido ou dela for parte integrante;
- f) Manter contato com veículos de comunicação de quaisquer mídias e meios para a divulgação e correta explanação de informações sobre a FEEPI;
- g) Coordenar todo o planejamento e administração de marketing da FEEPI.

SEÇÃO III - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 31º - Ao Conselho de Administração, composto pelo Presidente, Diretor Técnico e mais 03 (três) diretores indicados, por escrito, pelo Presidente, compete:

- a. Decidir sobre contratos relacionados diretamente com a realização das competições organizadas pela FEEPI, especialmente transmissões e retransmissões dos jogos e eventos promocionais por televisão (imagens do espetáculo desportivo), rádio, meios cibernéticos ou qualquer outra forma de divulgação pública das imagens, sons, símbolos, logomarcas, logotipos e sinais gerados por elas;
- b. Resolver sobre contratos com patrocinadores, anunciantes e pessoas congêneres;
- c. Decidir sobre contratos com fornecedores de hardware, software e telecomunicações, uniformes ou de qualquer outro produto de uso generalizado em suas competições;
- d. Dispor a respeito das regras para inscrição e participação das equipes nos campeonatos que organizar;
- e. Dispor sobre a inclusão e exclusão de associados, nos casos de sua competência estatutária;
- f. Apreciar como primeira instância administrativa os recursos interpostos ao Presidente e Diretor Operacional FEEPI, ou de outro órgão ou cargo.

Parágrafo Único - as reuniões do Conselho de Administração serão convocadas e presididas pelo presidente da FEEPI e, na sua ausência, licença ou impedimento, pelo Vice-Presidente.

SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL

Art. 32º - O Conselho Fiscal, poder de fiscalização da FEEPI, se constituirá de 3 (três) membros efetivos, eleitos com mandatos de 4 (quatro) anos pela Assembléia Geral.

§ 1º - O Conselho Fiscal funcionará com a presença da maioria de seus membros efetivos.

§ 2º - O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente dentre os seus membros efetivos e seu Regimento Interno disporá sobre sua organização e funcionamento.

Art. 33º - É da competência privativa do Conselho Fiscal:

- a) examinar os livros, documentos e balancetes da FEEPI;



b) apresentar à Assembléia Geral denúncia fundamentada sobre erros administrativos ou qualquer violação da Lei ou deste Estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente a sua função fiscalizadora;

c) apresentar à Assembléia Geral parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo e o resultado da execução orçamentária;

d) convocar a Assembléia Geral quando ocorrer motivo grave e urgente;

e) dar parecer, por solicitação da Assembléia Geral, sobre a alienação de imóveis.

SEÇÃO V - DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO ESPORTE ELETRÔNICO

Art. 34º - Ao Tribunal de Justiça Desportiva do Esporte Eletrônico (TJDEe), unidade autônoma e independente, compete processar e julgar em última instância as questões decorrentes de descumprimento de normas relativas à disciplina e às competições, ressalvados os pressupostos processuais estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 217 da Constituição Federal e de acordo com o CBJD – Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

§ 1º - São órgãos de cada TJD o Tribunal Pleno e as Comissões Disciplinares. (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

§ 2º - O TJDEe será composto de nove membros, denominados auditores, de reconhecido saber jurídico desportivo e de reputação ilibada, sendo: (Redação dada pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

I — dois Indicados pela entidade regional de administração de desporto;

II — dois Indicados pelas entidades de prática desportiva que participem da principal competição da entidade regional de administração do desporto;

III — dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio da seção correspondente a territorialidade;

IV — Um representante dos árbitros, indicado por entidade representativa;

V — dois Representantes dos atletas, indicados por entidade representativa.

Art. 35º O TJDEe e Comissões Disciplinares serão dirigidos por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela maioria de seus membros.

§ 1º - A Presidência e a Vice-presidência do TJD serão exercidas pelos respectivos Presidentes e Vice-Presidentes de seus Tribunais Plenos.

§ 2º - Em caso de vacância na Presidência do órgão judicante, o Vice-Presidente assumirá imediatamente o cargo vago, que será exercido até o termino do mandato a que se encontrava vinculado o Presidente substituído.





§ 3º - Ao assumir a Presidência do órgão julgante, o Vice-Presidente terá a incumbência de convocar sessão, a ser realizada no prazo máximo de trinta dias, com o fim de preencher a Vice-presidência, que será exercida até o término do mandato a que se encontrava vinculado o então Vice-Presidente.

§ 4º - No caso de vacância concomitante na Presidência e na Vice-presidência do órgão julgante, a Presidência será temporariamente exercida pelo auditor mais antigo, e a Vice-presidência, pelo segundo auditor mais antigo.

§ 5º - 1º O auditor que assumir temporariamente a Presidência terá a incumbência de convocar sessão, a ser realizada no prazo máximo de trinta dias, com o fim de preencher os cargos vagos.

§ 6º - Os auditores eleitos ocuparão os cargos a que se refere o caput até o término dos mandatos a que se encontravam vinculados os auditores substituídos.

Art. 36º - São atribuições do Presidente do Tribunal (TJDEe), além das que lhe forem conferidas pela lei, por este Código ou regimento interno:

- I — zelar pelo perfeito funcionamento do Tribunal e fazer cumprir suas decisões;
- II — ordenar a restauração de autos;
- III — dar imediata ciência, por escrito, das vagas verificadas no Tribunal ao Presidente da entidade indicante;
- IV — determinar sindicâncias e aplicar sanções aos funcionários do Tribunal, conforme disposto no regimento interno; (NR).
- V — sortear os relatores dos processos de competência do Tribunal Pleno; (NR).
- VI — dar publicidade as decisões prolatadas;
- VII — representar o Tribunal nas solenidades e atos oficiais, podendo delegar essa função a qualquer dos auditores; (NR).
- VIII — designar dia e hora para as sessões ordinárias e extraordinárias e dirigir os trabalhos;
- IX — dar posse aos auditores do Tribunal Pleno e das Comissões Disciplinares, bem como aos secretários; (NR).
- X — exigir da entidade de administração o ressarcimento das despesas correntes e dos custos de funcionamento do Tribunal e prestar-lhe contas;
- XI — receber, processar e examinar os requisitos de admissibilidade dos recursos provenientes da instância imediatamente inferior; (NR).
- XII — conceder licença do exercício de suas funções aos auditores, inclusive aos das Comissões Disciplinares, secretários e demais auxiliares;
- XIII — determinar períodos de recesso do Tribunal;
- XIV — criar comissões especiais e designar auditores para o cumprimento de funções específicas de interesse do Tribunal.

Art. 37º - Para apreciação de matérias relativas a competências regionais e municipais, funcionarão perante cada TJD, como primeiro grau de jurisdição, tantas Comissões Disciplinares Regionais quantas se fizerem necessárias, conforme disposto no regimento interno do TJD, compostas, cada



uma, por cinco auditores, de reconhecido saber jurídico desportivo e de reputação ilibada, que não pertençam ao Tribunal Pleno do respectivo TJD.

§ 1º - Os auditores das Comissões Disciplinares serão indicados pela maioria dos membros do Tribunal Pleno do TJD, a partir de sugestões de nomes apresentados por qualquer auditor do Tribunal Pleno do TJD, devendo o Presidente do Tribunal Pleno do TJD preparar lista, com todos os nomes sugeridos, em ordem alfabética.

§ 2º - Cada auditor do Tribunal Pleno do TJD deverá, a partir da lista mencionada no § 1º, escolher um nome por vaga a ser preenchida, e os indicados para compor a Comissão Disciplinar serão aqueles que obtiverem o maior número de votos, prevalecendo o mais idoso, em caso de empate.

§ 3º - Das decisões da Comissão Disciplinar caberão recursos ao Tribunal de Justiça Desportiva do Esporte Eletrônico.

§ 4º - Os Presidentes das Comissões Disciplinares terão, no que for compatível, as mesmas atribuições dos art. 38º, I, V, VI, VII e VIII.

§ 5º - Salvo disposição diversa do regimento interno do Tribunal (STJD ou TJD), os mandatos dos Presidentes e Vice-Presidentes do Tribunal Pleno e das Comissões Disciplinares serão de dois anos, autorizadas reeleições.

SEÇÃO VI – DA COMISSÃO DE ARBITRAGEM

Art. 38º - À Comissão de Arbitragem caberá, especialmente:

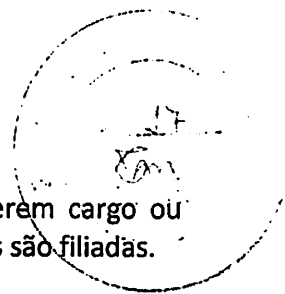
- I. Verificar, no âmbito de suas atividades, o fiel cumprimento das leis do jogo;
- II. Promover a capacitação dos árbitros, árbitros assistentes, inspetores e instrutores/formadores de árbitros;
- III. Fazer a escalação de árbitros e seus auxiliares para as partidas de competições nacionais, os quais poderão ser escolhidos por sorteio, entre aqueles previamente selecionados;
- IV. Organizar os exames de aptidão teóricos e práticos para os árbitros.

Parágrafo único - As normas e recomendações emanadas da Comissão de Arbitragem serão submetidas à apreciação da Presidência, para o fim da expedição dos atos normativos, sendo cogente a observância de todas as diretrizes e orientações da IeSF em matéria de arbitragem.

Art. 39º - A Comissão de Arbitragem é constituída de até 5 (cinco) membros, nomeados pelo Presidente da FEEPI, que dentre eles, indicará o Presidente e o Vice-Presidente, devendo sua organização e funcionamento ser estabelecido em regulamento próprio.



Parágrafo único - Não poderão integrar a Comissão de Arbitragem os que exercerem cargo ou função, remunerados ou não, nas entidades de prática do esporte eletrônico que lhes são filiadas.



SEÇÃO VII – DA COMISSÃO DE CONTROLE ANTIDOPAGEM

Art. 40º - A FEEPI terá uma Comissão de Controle de Doping constituída de até 5 (cinco) membros, nomeados pelo Presidente da FEEPI, que dentre eles, indicará o Presidente e o Vice-Presidente, devendo sua organização e funcionamento serem estabelecidos em regulamento próprio.

Parágrafo único - Não poderão integrar a Comissão de Controle de Doping os que exercerem cargo ou função, remunerados ou não, nas entidades de prática do esporte eletrônico que lhes são filiadas.

Art. 41º - Caberá à Comissão de Controle de Doping tomar as medidas necessárias destinadas à prevenção, ao combate, à repressão e ao controle da dopagem no esporte eletrônico estadual, observadas as normas nacionais e internacionais.

SEÇÃO VIII – DA COMISSÃO DE ATLETAS

Art. 42º - A - A FEEPI terá, em caráter permanente, uma Comissão de Atletas incumbida de fazer sugestões visando a assegurar o equilíbrio competitivo, a modernização organizacional e a integridade das competições de esporte eletrônico no estado.

§ 1º - A Comissão de Atletas será integrada a cada temporada por 7 (sete) membros, escolhidos por seus pares.

§ 2º - A Comissão de Atletas elegerá 1 (um) representante para participar das Assembleias Gerais da FEEPI, votando as deliberações da mesma, em nome da Comissão.

§ 3º - As normas e recomendações emanadas da Comissão de Atletas serão submetidas à apreciação da Presidência, para o fim da expedição dos atos normativos, sendo cogente a observância de todas as diretrizes e orientações da Assembleia Geral da FEEPI.

SEÇÃO IX – DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA

Art. 43º - A Comissão de Governança Corporativa e Conformidade da FEEPI será composta por três (3) membros autônomos e independentes da Diretoria, de ilibada reputação e notória especialização, a serem indicados por ato da Presidência, os quais deverão buscar a excelência em Governança Corporativa e Conformidade, com vistas a fortalecer e criar as melhores condições para o desenvolvimento do esporte eletrônico no Estado de Piauí, apoiando-se em quatro princípios básicos:



I. Transparência/Disclosure – processo de comunicação rápida e espontânea com os públicos interno e externo, contemplando os fatores que norteiam a ação administrativa da FEEPI visando à sedimentação de valores de integridade e credibilidade;

II. Equidade/Fairness – tratamento justo e igualitário de todas as partes interessadas, tais como jogadores, dirigentes, técnicos, árbitros, torcedores, clientes, fornecedores, órgãos governamentais, colaboradores, credores, etc;

III. Prestação de Contas/Accountability – prestação de contas dos administradores a todos os entes filiados à FEEPI e responsabilidade pelos atos que praticam no exercício de seus mandatos;

IV. Responsabilidade Corporativa/Compliance – zelo pela sustentabilidade e perenidade do esporte eletrônico no Estado do Piauí, prevenindo os riscos e distorções em setores, atividades, processos e pessoas mais vulneráveis na organização, à guisa da observância da legislação vigente.

CAPÍTULO V - DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO, DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DA DESPESA.

Art. 44º - O Exercício Financeiro da FEEPI coincidirá com o ano civil e compreenderá, fundamentalmente, a execução do orçamento.

§ 1º - O orçamento será uno e incluirá todas as receitas e despesas.

§ 2º - Os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados e comprovados por documentos mantidos em arquivos.

§ 3º - Os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento.

§ 4º - Todas as receitas e despesas estarão sujeitas aos comprovantes de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos.

§ 5º - O balanço geral de cada exercício, acompanhado da demonstração de lucros e perdas, discriminará os resultados das contas patrimoniais e financeiras.

Art. 45º - O Patrimônio da FEEPI compreende:

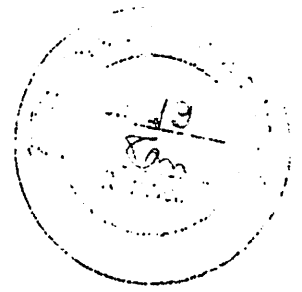
a) seus bens móveis e imóveis;

b) prêmios recebidos em caráter definitivo;

c) o fundo de reserva fixado anualmente pela Assembléia Geral, com base no saldo verificado no balanço;

d) os saldos positivos da execução do orçamento.





Art. 46º - As fontes de recursos para a sua manutenção compreendem:

- a) jóias de filiação;
- b) mensalidades pagas pelas Entidades filiadas;
- c) taxas de transferências de atletas;
- d) renda de torneios, competições, campeonatos ou eventos promovidos pela FEEPI;
- e) taxa de licença para jogos interestaduais ou internacionais a ser estabelecida pela Assembleia Geral, anualmente;
- f) taxas fixadas em regimento específico;
- g) multas;
- h) subvenções e auxílios concedidos pelos Poderes Públicos ou Entidades da administração indireta, ou em decorrência de leis;
- i) donativos em geral;
- j) rendas com patrocínios;
- k) rendas decorrentes de cessão de direitos;
- l) aluguéis de suas propriedades móveis ou imóveis, no todo ou em partes;
- m) juros dos valores financeiros que possua em depósito, ou de títulos de renda que porventura disponha;
- n) recursos angariados mediante sorteio por concurso de prognósticos ou similares;
- o) *permit* ou chancela para realização de eventos;
- p) rendimento de contratos de utilização espaço virtual de sua propriedade;
- q) outras receitas de origem legal, não previstas neste estatuto;

Art. 47 º- A despesa da FEEPI compreende:

- a) pagamento das contribuições devidas às Entidades que estiverem filiadas à FEEPI;
- b) pagamento de impostos, taxas, tarifas, contribuições sociais, condomínio, aluguéis, salários, honorários e gratificações e outras despesas indispensáveis à manutenção da FEEPI;
- c) despesas com a conservação dos bens da FEEPI e do material por ela alugado ou sob sua responsabilidade;



- d) aquisição de material de expediente e desportivo;
- e) custeio dos campeonatos, competições, torneios ou eventos organizados pela FEEPI;
- f) assinatura de jornais, livros e revistas especializadas e a compra de fotografias para os arquivos;
- g) gastos com publicidade da FEEPI;
- h) despesas de representação;
- i) despesas eventuais.

CAPÍTULO VI - DA FILIAÇÃO E EXCLUSÃO DE FILIADOS

Art. 48º - A FEEPI poderá filiar um número ilimitado de entidades ao seu quadro de associados e dará filiação, desde que estas entidades tenham interesse no desenvolvimento do esporte eletrônico e inscrevam pelo menos 1 (uma) equipe em competição oficial da FEEPI, em qualquer época do ano nos termos deste Estatuto.

Art. 49º - Para que uma entidade esportiva requeira sua filiação será obrigatória a entrega dos seguintes documentos anexados ao seu pedido de filiação junto à FEEPI:

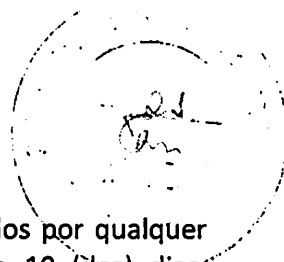
- a) comprovante de personalidade jurídica;
- b) estatuto ou contrato social, elaborado em conformidade com as normas emanadas da FEEPI e da legislação vigente;
- c) atas de eleição e de posse de seus dirigentes devidamente registradas, se for o caso;
- d) relação completa de seus filiados, se for o caso.

Art. 50º – Serão apenas 02 (dois) os tipos de filiados:

- a. **Associado Master:** Serão consideradas Associadas Master, as entidades que optarem pelo pagamento da taxa anual, fixada pela assembleia geral, tendo como direito à inscrição de todas as equipes, representantes das mesmas, nos eventos estaduais e nacionais. Tem direito a voto na Assembleia Geral.
- b. **Atleta Filiado:** Serão considerados atletas filiados, todos os atletas, pessoa física que optarem pelo pagamento da taxa anual, fixada pela assembleia geral, tendo como direito à inscrição em todos os eventos estaduais e nacionais. Não tem direito a voto na Assembleia Geral.

Art. 51 - A exclusão de associado/filiado do quadro de associados da FEEPI, se dará a pedido ou, em caso de infração de qualquer norma deste estatuto ou legislação vigente, por decisão:





- a. Da presidência, nos casos de inadimplência financeira, depois de notificados por qualquer meio escrito, inclusive eletrônico, a afastar sua inadimplência, no prazo de 10 (dez) dias, sem que atendam a notificação ou satisfaçam os débitos a pontados;
- b. Nos demais casos de infração deste estatuto, por decisão do conselho de administração.

§ 1º - a exceção como associado/filiado, pela adoção do princípio do "pro-competitione" não impedirá que o associado/filiado continue participando de competição em andamento, sendo validada e executada a exclusão no dia imediato ao término da referida competição.

§ 2º - na decisão prevista na alínea "a" deste Artigo, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias, para o Conselho de Administração, recebido o pedido para o suspensivo à exclusão até o julgamento do recurso.

§ 3º - o Conselho de Administração terá o prazo preclusivo de 30 (trinta) dias para julgar o recurso interposto na forma do parágrafo segundo.

§ 4º - na hipótese de processo de exclusão tendo por base o previsto na alínea "b" deste Artigo, a votação da exclusão do associado/filiado pelo Conselho de Administração não poderá ocorrer sem que ele tenha tido a oportunidade de ampla defesa, do contraditório e devido processo legal, no prazo de 10 (dez) dias, após notificação da instauração do processo de exclusão pela Presidência e dos fatos que o ocasionaram.

§ 5º - tratando-se de associado com representação no Conselho de Administração, somente poderá ser destituído pelo voto da maioria dos associados/filiados ativos, reunidos em assembleia geral extraordinária e específica, em respeito ao inciso I do Art. 59 do Código Civil brasileiro, com a redação da lei 11.127/2005 e demais diplomas que regem a matéria.

CAPÍTULO VII - DAS ENTIDADES FILIADAS E SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 52º - São direitos das Entidades filiadas como Associado Master, nos termos deste estatuto:

- a) organizar-se livremente, observando na elaboração de seus Estatutos e Regimentos, as Normas emanadas da FEEPI;
- b) fazer-se representar na Assembleia Geral;
- c) inscrever-se e participar dos campeonatos e torneios estaduais promovidos ou patrocinados pela FEEPI;
- d) disputar partidas interestaduais ou internacionais amistosas com suas representações oficiais ou permitir que seus filiados o façam mediante a licença previamente concedida pela FEEPI, atendida as exigências legais;
- e) recorrer das decisões do Presidente, da Diretoria ou de qualquer outro poder da FEEPI;



f) tomar iniciativa que não colida com as leis superiores, no sentido de desenvolver o desporto Eletrônico, aprimorar sua técnica, formar e aperfeiçoar técnicos, árbitros e auxiliares.

Art. 53º - São deveres de toda Entidade filiada:

a) reconhecer a FEEPI como única dirigente do desporto eletrônico estadual, respeitando e cumprindo suas leis, regulamentos, decisões e regras desportivas.

b) submeter seu Estatuto ao exame da FEEPI, bem como as reformas que nele proceder;

c) pagar, pontualmente, as mensalidades e taxas a que estiver obrigada, as multas que forem impostas e qualquer outro débito que tenha com a FEEPI, recolhendo aos cofres desta instituição, nos prazos fixados, o valor de taxações estabelecidas nas leis e regulamentos em vigor;

d) pagar as multas impostas aos seus filiados e aos seus funcionários técnicos ou administrativos, bem como as percentagens devidas pelas competições organizadas por ela, e remeter à FEEPI o que lhe for de direto no prazo máximo de quinze dias;

e) fazer acompanhar as solicitações para as transferências de atletas, licenças para partidas interestaduais ou internacionais das respectivas taxas;

f) informar à FEEPI para promover eventos locais e estaduais;

g) fiscalizar a realização de eventos locais, estaduais, interestaduais ou internacionais, no território de sua jurisdição, dando ciência à FEEPI no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, através de relatório detalhado de qualquer anormalidade verificada com a indicação dos responsáveis;

h) participar anualmente de pelo menos 3 eventos organizados pelo FEEPI, salvo por motivo de alta relevância, julgado como tal pela FEEPI;

i) atender, prontamente, à requisição ou convocação de atletas e de pessoal técnico para integrarem qualquer representação oficial da FEEPI.

CAPÍTULO VIII - DO ATLETA INDIVIDUAL E SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 54 - Nas competições da FEEPI poderão tomar parte atletas filiados individualmente à FEEPI.

Art. 55º - A Presidência regulamentará as condições de inscrição de atletas individuais.

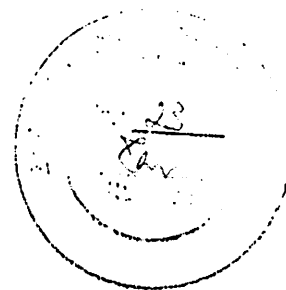
Art. 56º - São direitos dos atletas individuais:

a) inscrever-se anualmente como atleta individual

b) fazer parte de delegação estadual oficial da FEEPI quando, para tal, for convocado;

c) receber os prêmios destinados pela FEEPI;





- d) ter dos árbitros e representantes a assistência e consideração devida;
- e) obter, quando a serviço da FEEPI, a assistência devida.
- f) participar das Assembleias Gerais, sem direito a voz e voto.

Art. 57º - São deveres dos Atletas individuais:

- a) observar, com rigorosa disciplina, as medidas que zelem pela boa ordem da competição;
- b) comparecer à sede da FEEPI, quando solicitados;
- c) acatar as decisões da FEEPI, no que lhes disser respeito individualmente;
- d) compor a delegação estadual, quando convocados pela FEEPI.

CAPÍTULO IX - OS TÍTULOS HONORÍFICOS

Art. 58 - Como testemunho de reconhecimento e homenagem especial àqueles que se salientarem nos serviços prestados ao desporto Eletrônico, na qualidade de pessoas físicas ou jurídicas, a FEEPI poderá conceder os seguintes títulos:

- a). Emérito; concedido àquele que se faça credor dessa homenagem por serviços relevantes prestados ao desporto eletrônico piauiense;
- b) Benemérito, àquele que, já possuindo o título de emérito, tenha prestado ao desporto eletrônico piauiense serviços relevantes dignos de realce e que façam jus à concessão do referido título;
- c) Grande Benemérito, àquele que, já sendo benemérito, continua prestando relevantes e assinalados serviços ao desporto eletrônico piauiense.

§ 1º - Aos atletas que prestarem relevantes serviços ao desporto eletrônico piauiense e que se salientarem na sua atuação em defesa do mesmo, a entidade poderá conceder títulos honoríficos a serem discriminados em regulamento especial aprovados pela Presidência.

§ 2º - Os portadores de títulos honoríficos terão direito ao livre acesso em qualquer evento promovido pela FEEPI.

§ 3º - São mantidos os títulos anteriormente concedidos pela FEEPI até a data de aprovação deste Estatuto.

Art. 59º - As propostas para concessão dos títulos constantes do presente Capítulo e outras criadas em regulamentos especiais, deverão ser encaminhadas à Assembleia Geral pela Presidência com a devida exposição de motivos.



CAPÍTULO X - DOS SÍMBOLOS, BANDEIRAS E UNIFORMES

Art. 60º – A FEEPI criará através de um manual do uso da marca a logo oficial da FEEPI, como também todo material de divulgação da mesma.

Art. 61º - O uso dos símbolos, bandeira e uniformes da FEEPI é de sua absoluta exclusividade e propriedade, devendo a entidade providenciar o devido registro público.

CAPÍTULO XI - DA DISSOLUÇÃO

Art. 62º - A dissolução da FEEPI somente poderá ser decidida em Assembleia Geral com votos válidos que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) de seus filiados.

Art. 63º - Em caso de dissolução da FEEPI, o seu patrimônio líquido reverterá “pro rata” em benefício das entidades de administração filiadas, por serem entidades de fins não econômicos.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64º - As resoluções da FEEPI serão dadas a conhecimento de suas filiadas por meio de Nota Oficial, entrando em vigor a partir da data de sua publicação na sede ou no site oficial da FEEPI.

Art. 65º. A publicidade dos atos e resoluções da FEEPI dar-se-á mediante divulgação pela internet em seu site oficial.

Art. 66º - A administração social e financeira da FEEPI, bem como todas as suas demais atividades, subordinar-se-ão às disposições de um Regimento Interno, sendo da competência da Assembleia Geral, sua aprovação, por proposta da Presidência.

Art. 67º - As filiadas não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas pela FEEPI.

Art. 68º - O cumprimento deste Estatuto, bem como dos acordos e decisões da FEEPI é obrigatório para todas as entidades filiadas e para terceiros envolvidos nos assuntos do desporto Eletrônicos, consoantes ao artigo 1º, parágrafo 1º da lei 9615 de 24 de março de 1998.

Art. 69º - Compõem este estatuto, no que ao mesmo se aplicar as disposições contidas na legislação estadual e federal vigente.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 70º - Este Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral realizada em 28 de junho de 2023 e entrará em vigor depois de registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.



Art. 71º - O presente Estatuto atende às exigências de Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 e do Decreto nº 2.574, de 29 de abril de 1998, da Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001, bem como da Lei - 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Lei - 12.868 de 16 de outubro de 2013.

Francisco Guiver Vilhena Barros
Francisco Guiver Vilhena Barros

Presidente

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Uzeandro Nogueira, 1223 - Centro - CEP: 64000-300 - Teresina-PI - Fone: (86) 3321-6911 - E-mail: atendimento@cartoriosampaio.com.br
Título: Anatólia Gonçalves de Sampaio Pereira

CARTÓRIO THEMISTOCLES SAMPAIO
3º OFÍCIO DE NOTAS
Gardenia Maria Batista Silva
Escrivente Autorizada
Teresina - PI

RECONHECO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE FRANCISCO GUIVER VILHENA BARROS. DOU FE EM TEST. DA VERDADE
Teresina-PI, 05/09/2023 Selo: AFD03845-AQAE
www.tjpi.jus.br/portalextra

Gardenia Maria Batista Silva-Escrivente Autorizada
Emol: V, 70, TJ: 0,94 FMMP/PI: 0,38 Selo: 0,26 Total: 6.28 - OP: 217
ESTATUTO SOCIAL

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CONSULTE O SELO
DIGITAL

Alisson Andre da Silva Lima
Alisson Andre da Silva Lima
Advogado OAB/PI 7370

2ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS, NOTAS, REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DA PESSOA JURIDICA DE TERESINA-PI
CEP 64048-9001 - Fone: (86) 3304-2199 E-MAIL: cartoriosampaio@gmail.com SITE: www.cartoriosampaio.com.br/3º OFÍCIO DE NOTAS
Bat* Meiryane de Oliveira Sousa - Tabelião Interina - Portaria nº 3008/2017 - PJ/PI/CGJ/EXP/CGJ

RCPJ registrado sob o nº 5446 no Livro Registro de Pessoas Jurídicas nº A-30, em 27/10/2023 17:02:44, Protocolado sob o nº Protocolo: 39432 de 10/10/2023, no Livro de Protocolo de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica nº A-07 em 10/10/2023. Selo: AFH82427 - 56RZ, AFH82428 - QXGL consulte em www.tjpi.jus.br/portalextra

Tarla Goetha Mendes dos Santos
Tarla Goetha Mendes dos Santos - ESCRIVENTE
Emol: R\$ 394,25 FERMOJUPI, R\$ 74,38 MP R\$ 20,74 Selo: R\$ 0,62 Total: R\$ 489,97

2ª Serventia Extrajudicial
3ª Circunscrição de Teresina-PI
Tarla Goetha Mendes dos Santos
Escrivente

Teresina, PI, 28 de junho de 2023.



Anna Barbara Aleazar de Sá e Freitas Silveira
Tatuapé - SP
P.O. Box 220, w2 824, Tatuapé - SP - Tel. (081) 5927-3320

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE EBER SOARES
DE MORAIS JUNIOR NO DOCUMENTO ATA DE ASSEMBLEIA
GERAL. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ.
Teresina/PI, 02/10/2023 12:08:30.
SELO ADP32117 - 412U CONSULTE EM
www.tjpi.jus.br/portalextra.



MARCOS LEONARDO SILVA BAPTISTA - Ecrevente Autorizado
Empl. R\$ 4,70 TJ: R\$ 0,94 MP: R\$ 0,38 Salo: R\$ 0,26 Total: R\$ 6,2

Escritor Autorizado
R\$ 0,26 Total: R\$ 6,26

6ª TABELA/CV DE NOTAS DE 2014
ANNA BARBARA ALENCAR DE MATTOS
Tabela Inicial
Av. João XXIII 2829, São Cristóvão
(85) 98897-5425

2.

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE JOAO VICTOR
CARVALHO CUNHA QUE ASSINA PELA EMPRESA INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL BATGOL CONTRATO ARQUIVADO
EM 04/10/2023 NO DOCUMENTO ATA DA ASSEMBLEIA GERAL.
DA VERDADE, ODU FÉ, Teresina/PI,
05/10/2023 09:51:02

SELO AFF966681 - UNPZOL

Larissa Freitas
Sócio(a) Titular

www.tjpi.jus.br/pdportal/ptm



Larisse Freitas Soares da Costa - Escrevente Autodidata
Emol. R\$ 4.70 TJ: R\$ 0.94 MP: R\$ 0.38 Selo: R\$ 0.26 Total: R\$ 6.28

2

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE FABIO RIBEIRO
DE CARVALHO QUE ASSINA PELA EMPRESA ASSOCIACAO DOS
COORDENADORES DE ESCOLINHAS DE FUTEBOL AMADOR
DE TERESINA- ACEFAT CONTRATO ARQUIVADO EM 03/11/2020
NO DOCUMENTO ATA DA ASSEMBLEIA GERAL. EM TEST.
DA VERDADE, DOU FÉ, Teresina/PI, 05/10/2023 09:51:51.
SELO AF96669- IEO3 CONSULTE EM www.tribunalpi.br/eletronic.



Larisse Freitas Soares da Costa - Escrivente Autorizada
Empl. R\$ 4.70 Tj: R\$ 0.94 MP: R\$ 0.33 Selo: R\$ 0.26 Total: R\$ 6.23

2^o

CPJ registrado sob o nº 5445 no Livro Registro de Pessoas Jurídicas nº A-30, em 27/10/2023 16:28:34, Protocolado sob o nº protocolo: 39433 de 10/10/2023, no Livro de Protocolo de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica nº A-07 em 10/10/2023. Selo: FH82310 - VM9T, AFH82310 - XBGH consulte em www.tjpi.jus.br/portalexta



nr1a Goethe Mendes dos Santos - ESCRIVENTE
 mol. R\$ 367,80 FERMO-JUPI. R\$ 87,61 MP R\$ 27,04 Selo: R\$ 0,62 Total: R\$ 462,97

2ª Serventia Extrajudicial
3ª Circunscrição de Teresina-PI
Tania Guedes Mendes dos Santos
Escritoriente



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DADE: Und/ QUANTIDADE: 266/ VALOR UNITÁRIO: R\$ 70,00/ VALOR TOTAL: R\$ 18.620,00/ VALOR TOTAL DOS ITENS: R\$ 18.620,00. LEIA-SE: ITEM 46 - Cota Reservada ME/EPP/MEI (5%) DESCRICÃO: Papel higiênico folha dupla, neutro, fardo com 64 rolos de 30cm por 10cm de largura cada. Marca: Max Pure/ CATMAT: 327038/ CÓD. E-GOVERNE: 702/ UNIDADE: Und/ QUANTIDADE: 266/ VALOR UNITÁRIO: R\$ 70,00/ VALOR TOTAL: R\$ 18.620,00/ VALOR TOTAL DOS ITENS: R\$ 18.620,00/ VALOR ANUAL TOTAL: R\$ 18.620,00 (DEZOITO MIL SEISCENTOS E VINTE REAIS). Teresina (PI), 21 de outubro de 2025.

Diário Oficial da Câmara

ID: 000010412900632025

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.732/2025. Dispõe sobre a concessão de Título Honorífico de Cidadania Teresinense a Senhora ELIANE MARIA CARVALHO, na forma que especifica. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí. Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Teresinense a Senhora ELIANE MARIA CARVALHO na forma disposta no art. 21, inciso XVIII, da Lei Orgânica do Município, pelos relevantes serviços prestados à cidade de Teresina. Parágrafo único. A honraria que trata o caput deste artigo é de autoria do Vereador Enzo Samuel (PDT), tendo sido aprovada, por unanimidade, pelo Plenário da Câmara Municipal de Teresina. Art. 2º A Mesa Diretora fica autorizada a providenciar a entrega do Título Honorífico de Cidadania Teresinense de que trata este Decreto Legislativo, em Sessão Solene, previamente marcada e convocada para este fim. Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Teresina (PI), 21 de outubro de 2025. Ver. ENZO SAMUEL ALENCAR SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Teresina.

Ineditorial

ID: 000420412900642025

EXTRATO DO ESTATUTO DA FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ - FEEPIAUÍ. CNPJ: 60.447.022/0001-26. Fundada em 28 de junho de 2023, com sede e foro nesta capital, na Rua João Cabral, Nº 972, centro-norte, Teresina-pi, é uma Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí, é uma pessoa jurídica de direito privado, tem forma de associação de fins não econômicos e de caráter desportivos, constituída pelas entidades Filiadas, toda com direitos iguais em relação à FEEPIAUÍ. Tem como objetivos, planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar em todo Estado do Piauí a prática de desportos e do paradesportos eletrônicos, em consonância com o sistema nacional de desportos em todas as suas manifestações. Representar o desporto eletrônico Piauiense junto as organizações em suas competências amistosas ou oficiais.

ID: 000420412900652025

COMUNICADO. Flor do Campo Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA, CNPJ Nº 63.065.266/0001-32, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM, a Licença Prévia (LP) referente à implantação do Condomínio Residencial Girassol, localizado no bairro Santo Antônio, Teresina-PI.

ID: 000420412900662025

COMUNICADO. Flor do Campo Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA, CNPJ Nº 63.065.266/0001-32, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM, a Licença Prévia (LP) referente à implantação do Condomínio Residencial Margarida, localizado no bairro Santo Antônio, Teresina-PI.

ID: 000420412900672025

COMUNICADO. FLOR DO CAMPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CNPJ Nº 63.065.266/0001-32, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAM, A LICENÇA PRÉVIA (LP) REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MARGARIDA, LOCALIZADO NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, TERESINA-PI.

DENCIAL VIOLETA, LOCALIZADO NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, TERESINA-PI.

ID: 000420412900682025

COMUNICADO. A Empresa COBRA FARMA LTDA CNPJ 62.428.096/0001-40, localizada a Rua Mazerine Cruz Nº 2182, Loja A, Bairro Tancredo Neves CEP 64.076-050 em Teresina- Piauí. Torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM, a Licença Ambiental. Atividades de Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, com protocolo no Piauí Digital de PIB 2500103031, Teresina, 29 de outubro de 2025.

ID: 000420412900692025

COMUNICADO. MANINHO ATACADISTA LTDA, Inscrita no CNPJ: 49.786.475/0001-44, localizado na R Firmino Pires, 527, Centro, Teresina-PI, torna público que requereu junto à SEMAM, a Licença Ambiental Prévia, para o empreendimento comercial, denominado Maninho Atacadista, localizado na zona urbana do município de Teresina - Piauí. Teresina, 29 de outubro de 2025.

ID: 000420412900702025

COMUNICADO. ELIANE MARINHO DE QUEIROZ LIMA - COLEGIO CARROSSEL, inscrita sob o CNPJ 02.474.998/0001-91, torna público que requereu à Secretária Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAM, a RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, para a atividade de 85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola; 85.13-9-00 - Ensino fundamental, a ser exercida no Endereço R PROFESSOR UBIRACI CARVALHO, 8 - QUADRA 150 CASA 8 CONJ DIRCEU ARCOVERDE 1 - ITARARE - TERESINA - PI. *Vide Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986.

ID: 000420412900712025

COMUNICADO. ALIRIO BARRETO TERCEIRO ALVES MENDES LTDA - INSTITUTO EDUCACIONAL BARRETOS, inscrita sob o CNPJ 20.353.097/0001-23, torna público que requereu à Secretária Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAM, a RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, para a atividade de 85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola; 85.13-9-00 - Ensino fundamental; 85.20-1-00 - Ensino médio, a ser exercida no Endereço R XI, LOTEAMENTOS ANTA FE, 2 - Q-21 C-2/3/4 RESIDENCIAL SANTA FE - SANTA CRUZ - TERESINA - PI. *Vide Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986.

ID: 000420412900722025

COMUNICADO. A CONSTRUTORA LUIZA LTDA, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ nº 13.107.781/0001-60, torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM a Licença Ambiental de Operação, para o exercício de sua atividade econômica principal de Construção de Edifícios (CNAE 41.20-4-00), bem como demais atividades secundárias relacionadas ao ramo da construção civil. A empresa possui sede administrativa localizada na Rua Treze de Maio, nº 685, sala L, Centro Norte, CEP 64.000-150, Teresina – PI.

ID: 000420412900732025

COMUNICADO. M do S de Sousa Araújo Farmácia, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 06.095.535/0001-70, torna público que requereu, junto a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM liberação da Licença Ambiental de Operação para a atividade de comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas (CNAE: 47.71-7-01) na Avenida Maria Antonieta Burlamaqui, nº 5426/Leste, Bairro Sateélite, CEP 64.070-080, no Município de Teresina – PI. Teresina – PI, 29 de outubro de 2025.

ID: 000420412900742025

COMUNICADO. MR LOTEAMENTO BV TERESINA SPE LTDA, CNPJ: 35.956.652/0001-89, torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM, a Licença de Ambiental Simplificada – LAS, para a implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE no loteamento Moradas da Boa Vizinhança




Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 60.447.022/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/10/2023
NOME EMPRESARIAL FEDERACAO DE ESPORTES ELETRONICOS DO PIAUI (FEEPI)			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FEEPI			PORTE DEMAIS
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos			
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R JOAO CABRAL	NUMERO 972	COMPLEMENTO SALA 2	
CEP 94.000-030	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI
ENDEREÇO ELETRÔNICO LUCIDIOPAIVA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (86) 9994-4558	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) 00 000 000			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/10/2023	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL 00 000 000 000		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL 00 00 0000	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/04/2025 às 08:53:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parcelas](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26

DECLARAÇÃO

Eu, Lucídio Ferreira de Paiva, portador do CPF nº 340.128.773-72, na qualidade de Presidente da Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí, inscrita no CNPJ sob o nº 60.447.022/0001-26, declaro, para os devidos fins, que a referida entidade atua de forma contínua e efetiva na promoção, incentivo e desenvolvimento dos esportes eletrônicos no Estado do Piauí, contribuindo para a formação de atletas, realização de campeonatos, ações educacionais e inclusão digital de jovens e adultos. A Federação tem como finalidade promover atividades de relevância pública e social, fomentando a cultura esportiva, o uso responsável da tecnologia e o fortalecimento do segmento de e-sports como instrumento de integração social, lazer e oportunidades profissionais. Declaro, por fim, que as informações acima são verdadeiras, assumindo total responsabilidade pelo seu teor.

Teresina (PI), 07 de Novembro de 2025

Lucídio Ferreira de Paiva
Presidente Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí
CPF: 340.128.773-72
CNPJ: 60.447.022/0001-26

gov.br

Documento assinado digitalmente

LUCIDIO FERREIRA DE PAIVA

Data: 06/11/2025 14:24:58-0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Assinatura



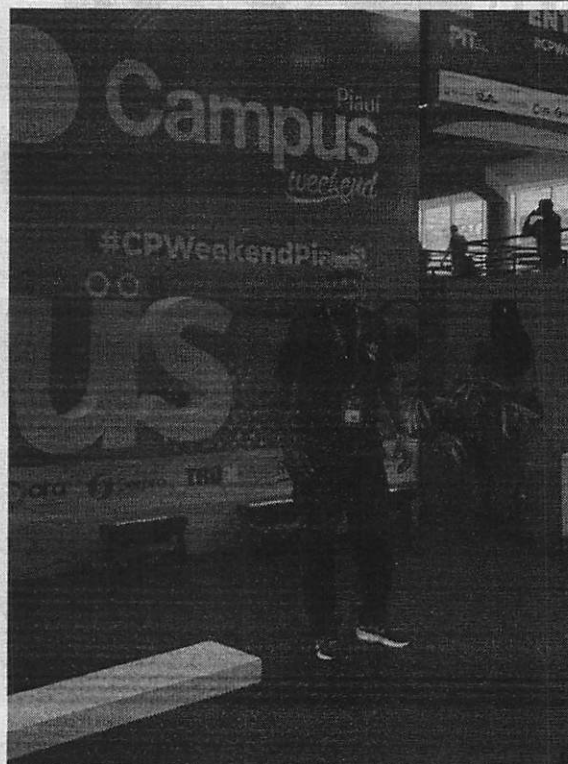
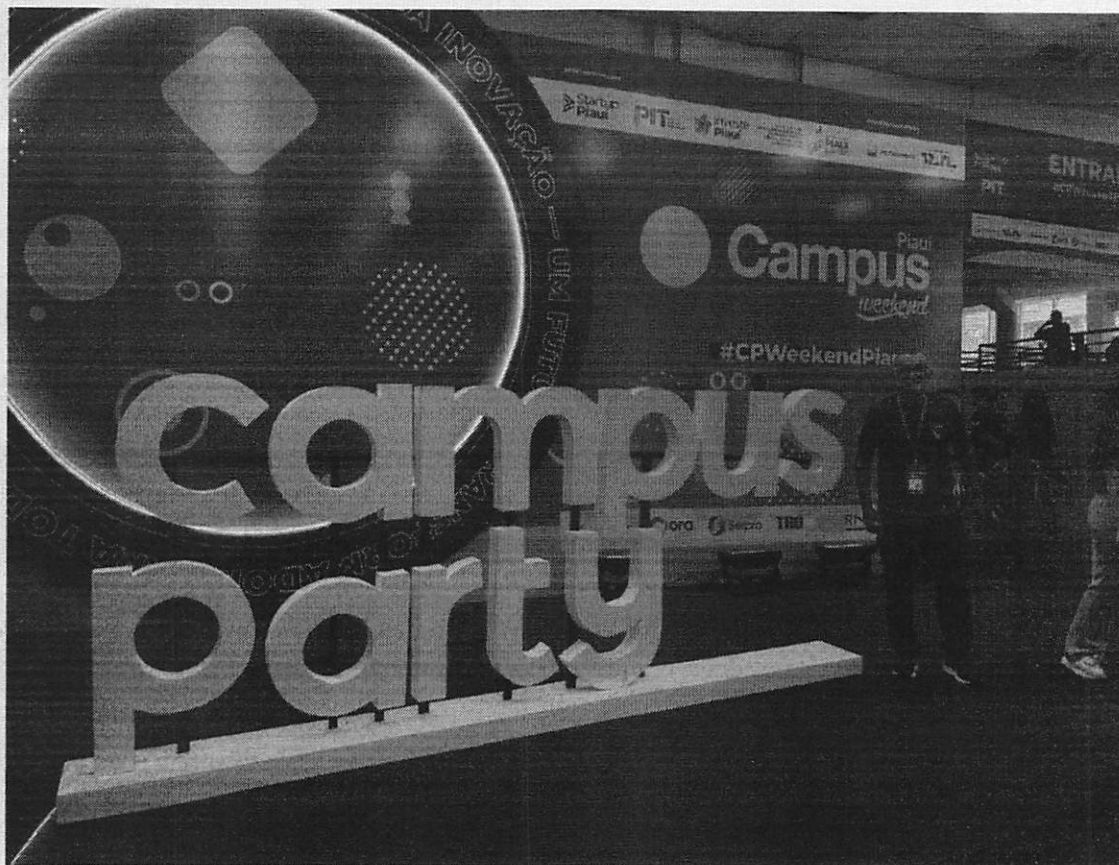
Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



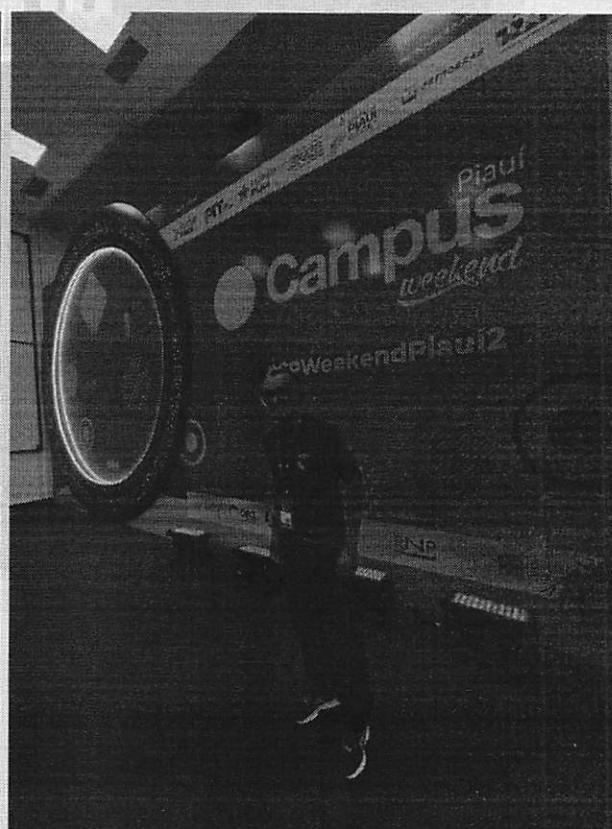
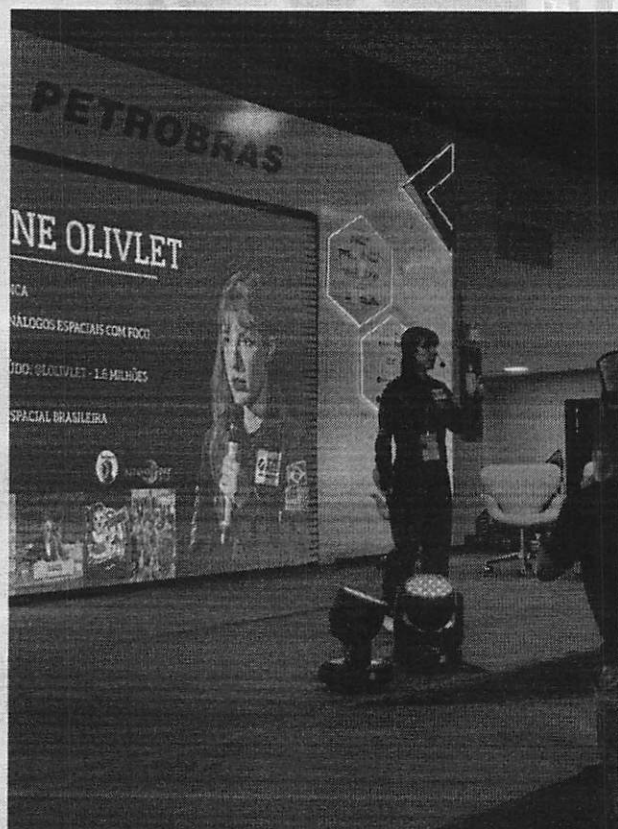
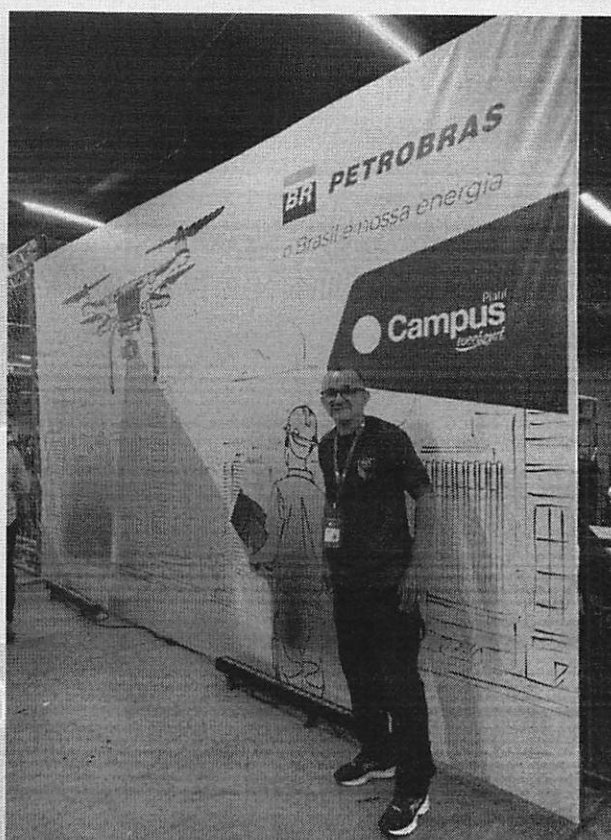
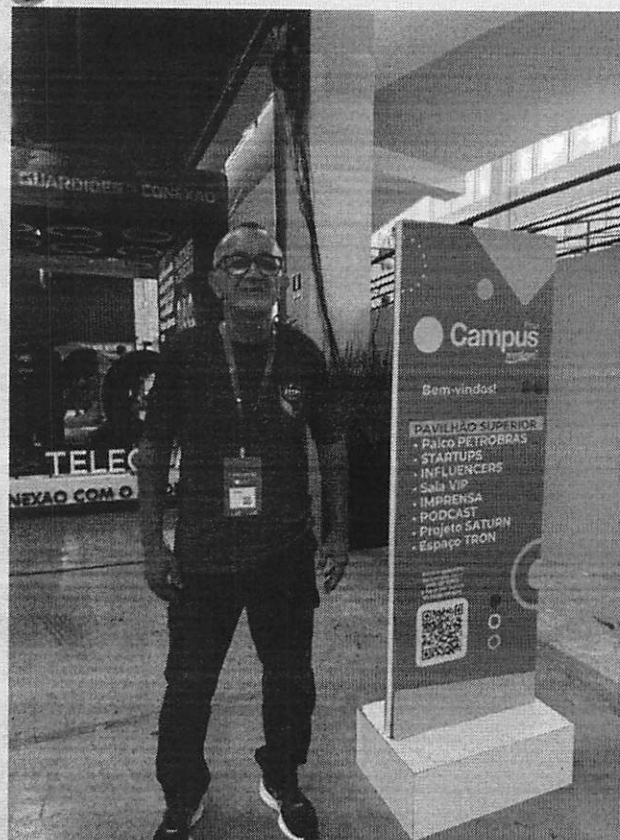
Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.




Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.




FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26

++
++
++
++
++
++

ARE YOU READY?



**DREAM
GAMES**
4ª EDIÇÃO

 18, 19 OUTUBRO

© DREAMGAMESTERESINA



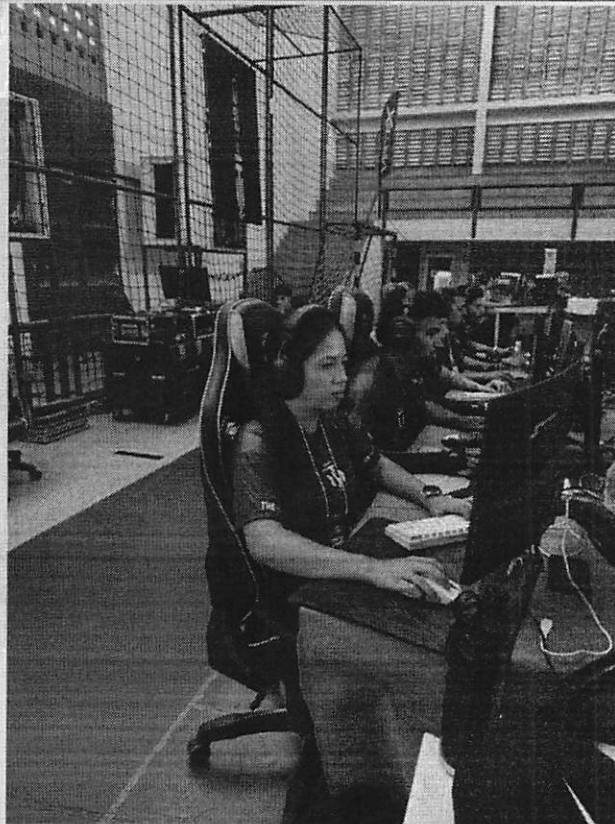
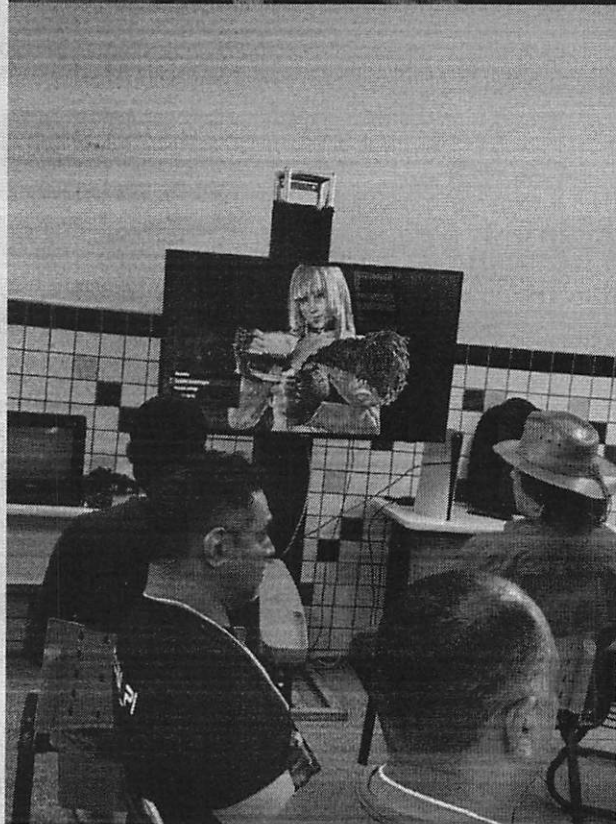
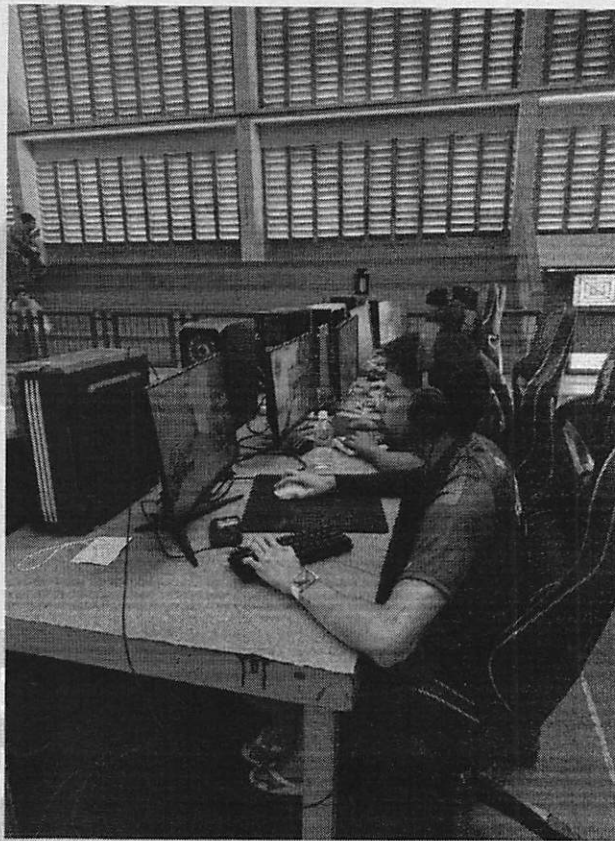
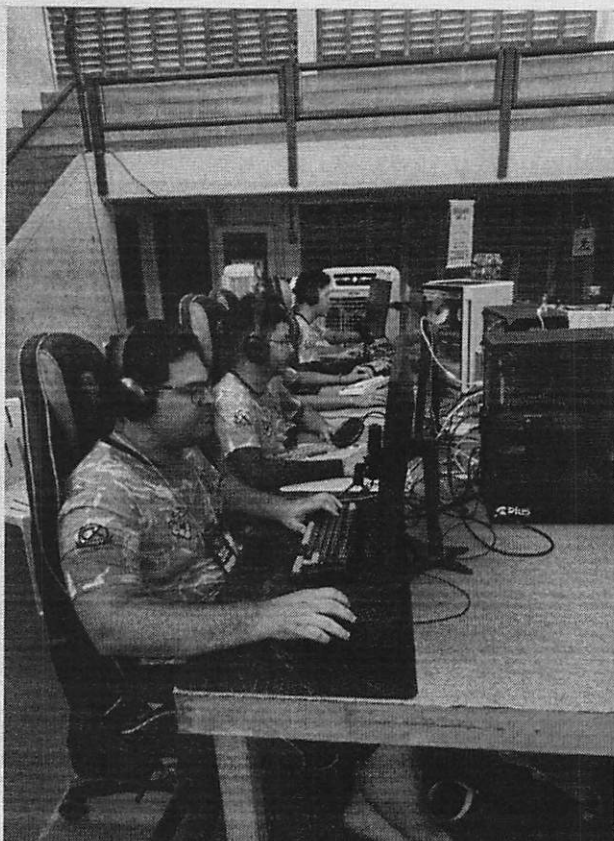
Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



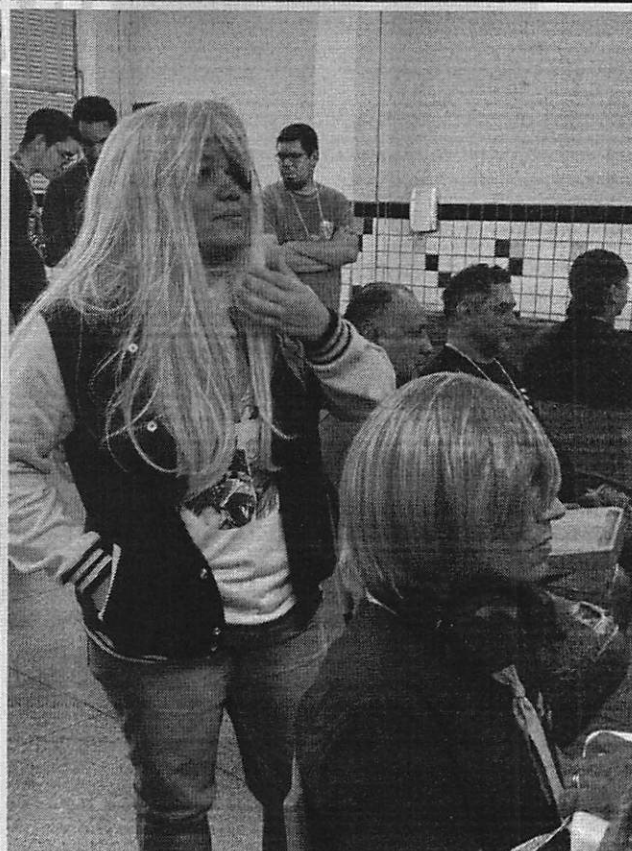
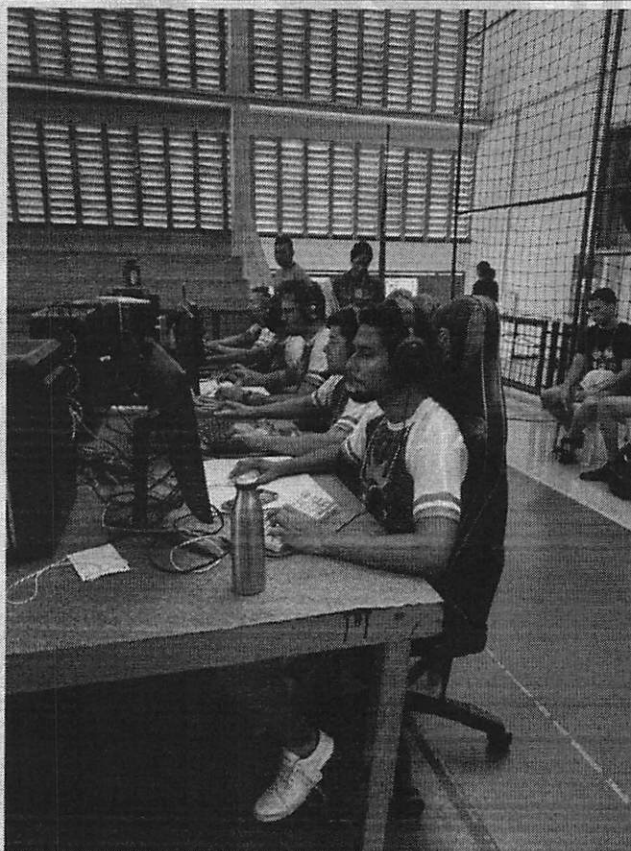
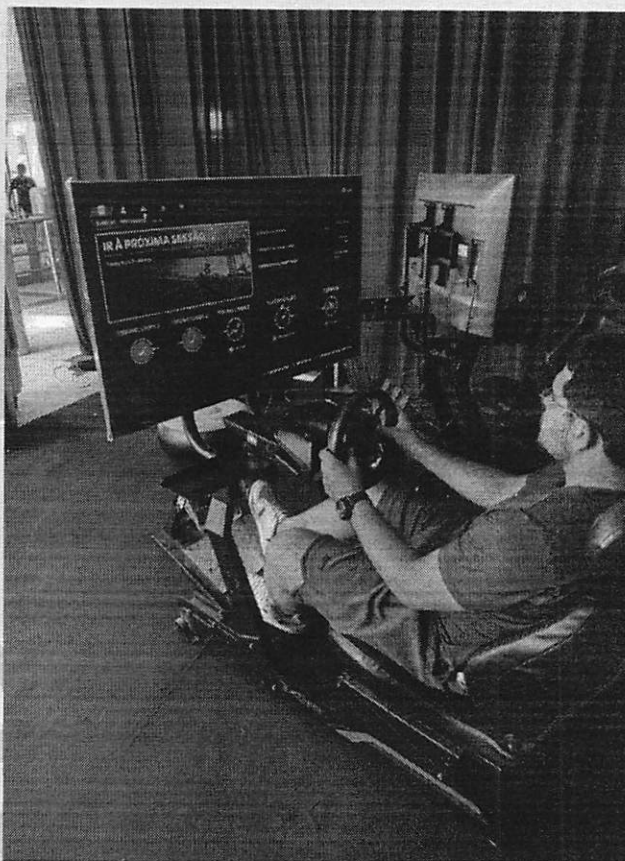
Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 3160536053600570034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



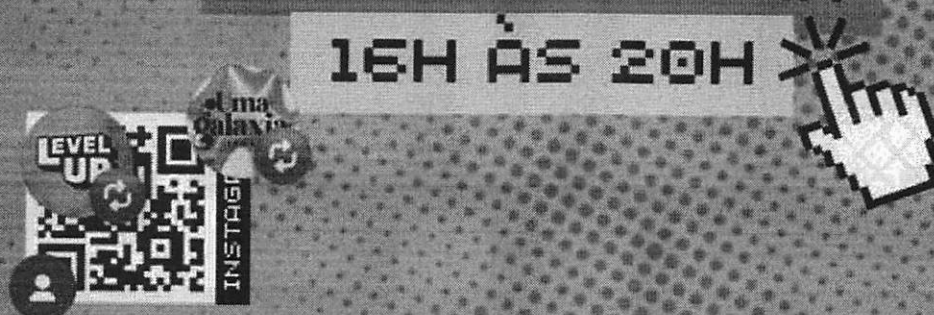
FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26

1º DE NOVEMBRO

LEVEL UP

TRAMA CULTURA

16H ÀS 20H

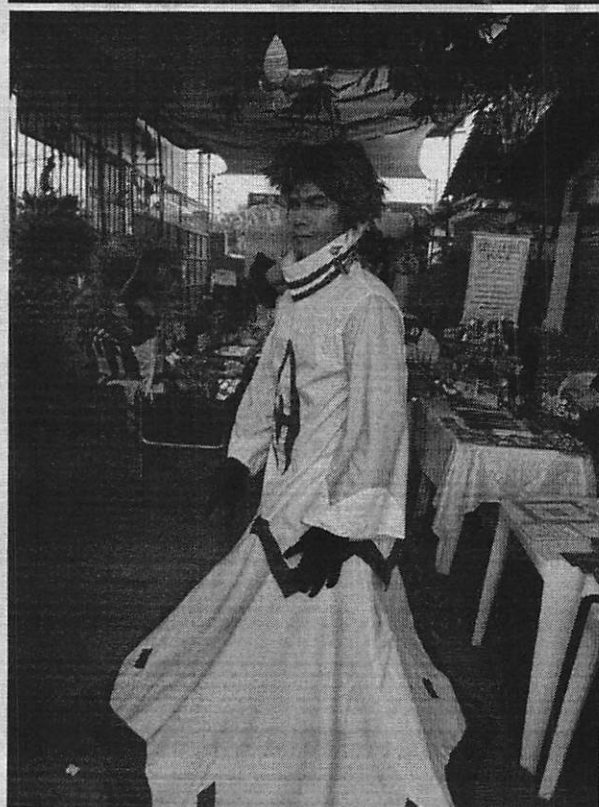




Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



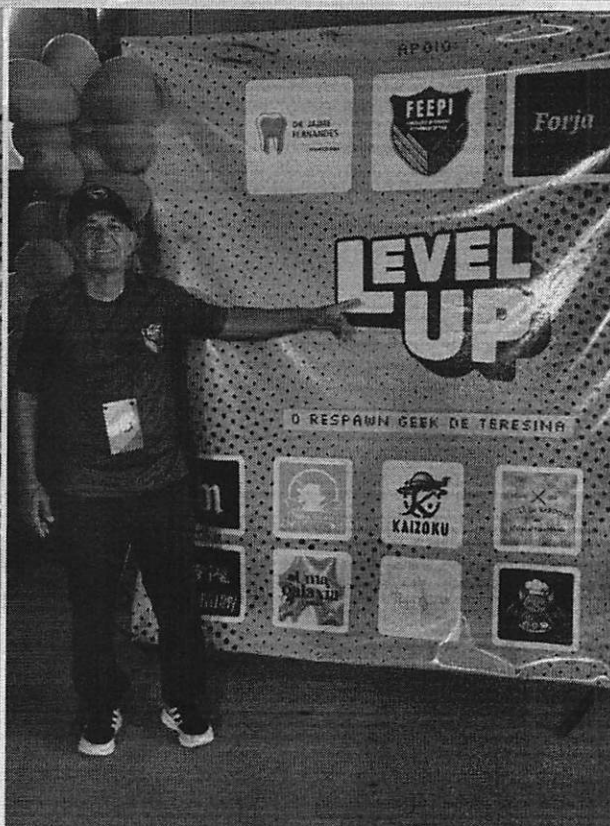
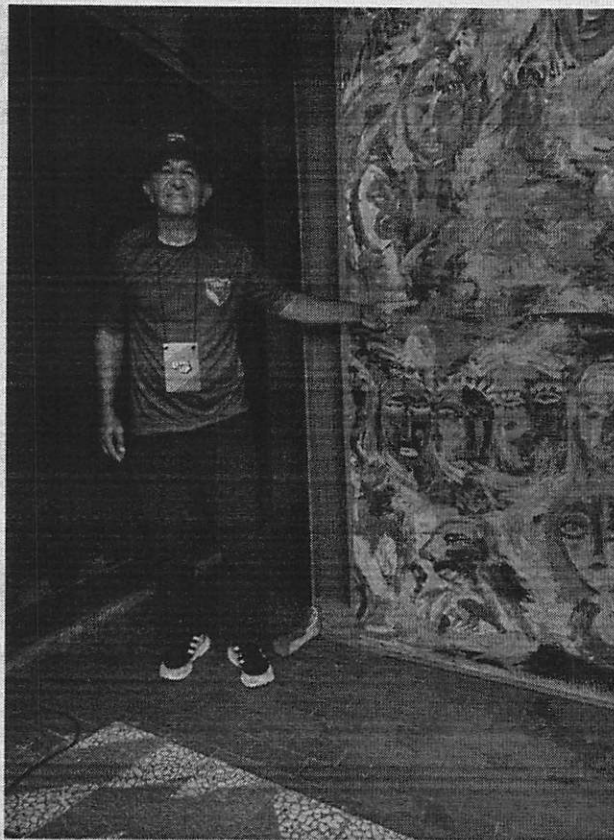
Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



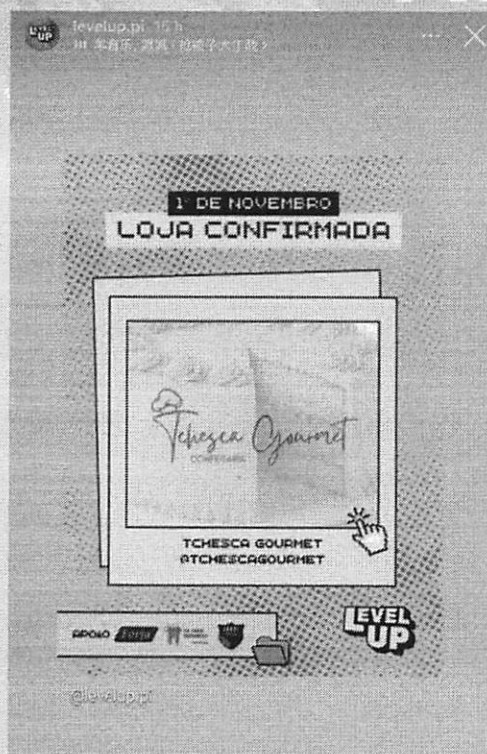
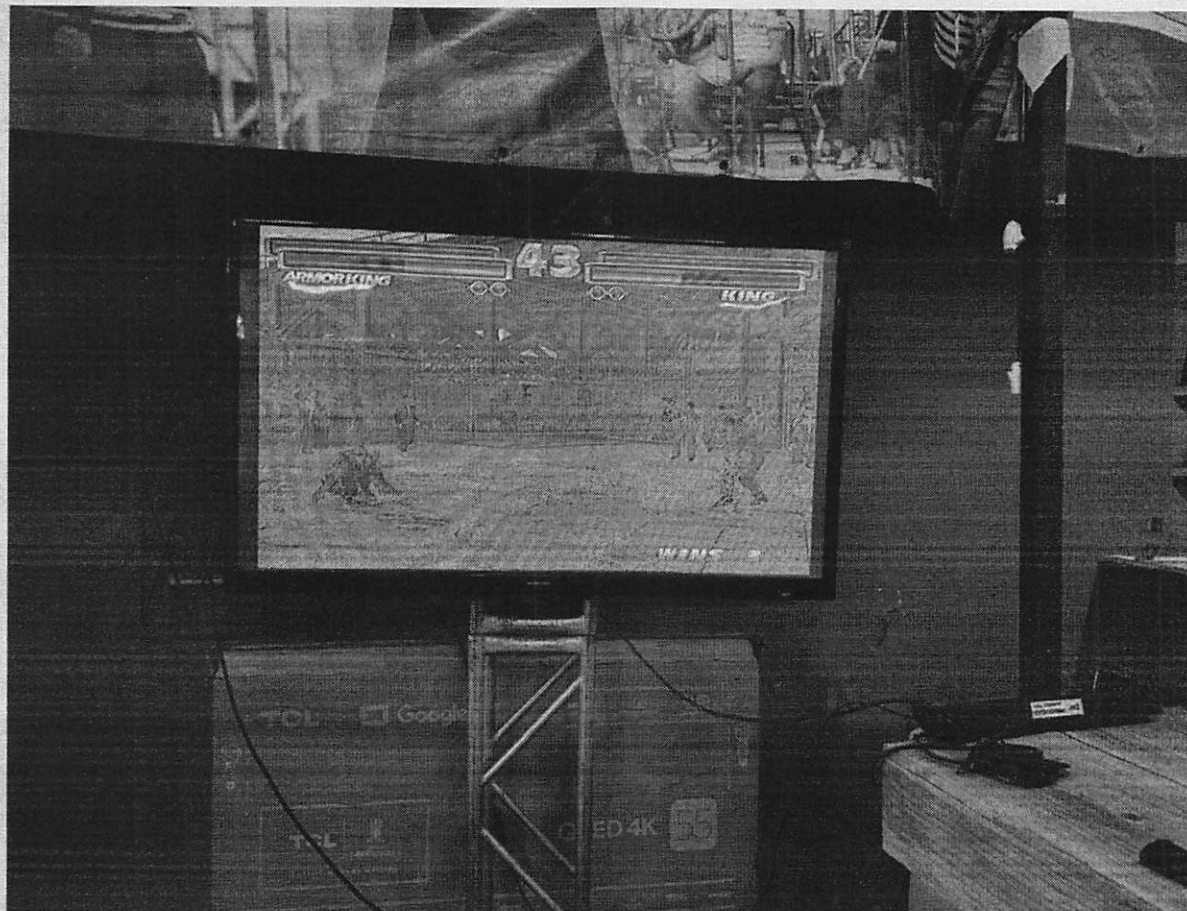
Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 316053003600370034003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26

K-YOU
fest

Edição Especial Halloween

25.10
(sábado)

🕒 Das 16h às 18h
📍 Piso Superior do Teresina Shopping

- + Apresentações covers
- + Gincanas
- + Random Play Dance
- + Sorteio de brindes

Cosplay garante desconto especial





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26



POCO F4 GT

25/10/2025 17:51



POCO F4 GT

25/10/2025 17:51



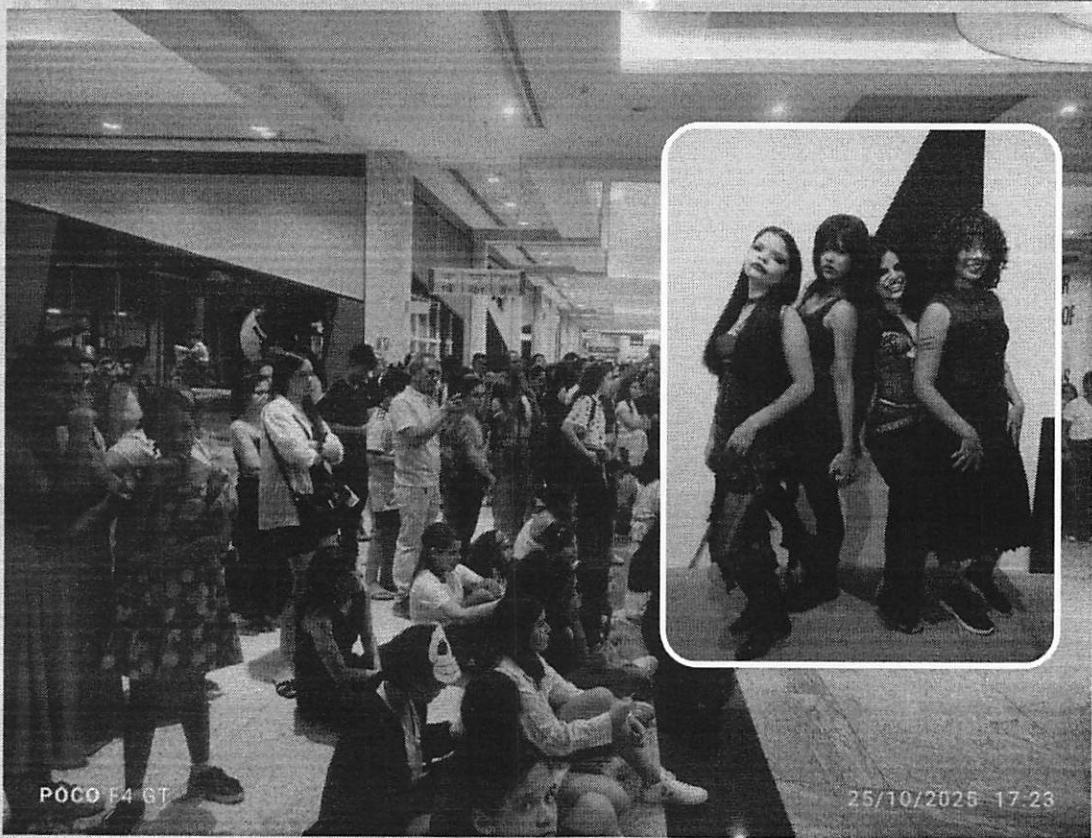
Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 316033003600370034003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



FEDERAÇÃO DE ESPORTES ELETRÔNICOS DO PIAUÍ – FEEPI
ENDEREÇO: Rua João Cabral Nº 972 Sala 02 – CEP: 64000-030 -
Centro Norte - CNPJ: 60.447.022/0001-26





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310033003600370034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.